

**Agregados  
Macroeconômicos  
e Balança Comercial**

**1998**

**M217a  
1998 Ex.2**



# AGREGADOS MACROECONÔMICOS

Equipe de trabalho:  
**Adalberto Alves Maia Neto (FEE)**  
**Jorge Accurso (FEE)**

## BALANÇA COMERCIAL

Consultor:  
**Paulo de Tarso Pinheiro Machado**



# APRESENTAÇÃO

Por meio do projeto *RS 2010*, a Secretaria da Coordenação e Planejamento procurou retomar as atividades de prospecção econômica e social, as quais se encontravam inteiramente abandonadas no âmbito do Governo do Estado.

O esforço para dilatar o horizonte de informações dentro do qual os atores públicos e privados tomam decisões das quais depende o desenvolvimento e a prosperidade futuras não se fez, porém, nos moldes tecnocráticos que foram padrão no país em décadas passadas. Bem diferentemente, procurou-se estimular a elaboração de estudos independentes, realizados por diferentes autores, cujos resultados foram levados à discussão em diferentes fóruns e em contextos diversos, desde os meios acadêmicos até as associações empresariais e sindicais, seja na capital seja no interior do Estado.

Foi um longo processo de discussão e de produção de conhecimento, consubstanciado em várias publicações.

A presente coleção de documentos compreende, além do volume com as anotações para posterior definição de uma proposta de estratégica de desenvolvimento para o Estado, os diagnósticos e a avaliação das questões emergentes em 12 áreas de interesse para o Rio Grande do Sul, apresentados na forma de "textos para discussão", a saber: Agregados Macroeconômicos e Balança Comercial, Agribusiness, Indústria, Comércio e Turismo, Desequilíbrios Regionais, Emprego, Pobreza Rural, Pobreza Urbana, Educação, Setor Financeiro, Infra-Estrutura e Capacitação Competitiva.

Como era de se esperar, os resultados são variados, mas não haverá exagero em dizer que este conjunto de estudos representa a avaliação qualitativa mais completa hoje disponível sobre os desafios que, em diferentes áreas, estão lançados aos rio-grandenses.

Os relatórios em pauta foram elaborados com total liberdade. A coordenação do projeto simplesmente solicitou que as análises da situação existente fossem trazidas até o momento presente, a fim de que se tornassem mais claras as questões críticas que em cada caso, precisam ser enfrentadas.

Contamos que os resultados alcançados possam servir a todos, independentemente do campo de atuação profissional ou de coloração partidária. Estamos convictos de que é indispensável recuperar a função de planejamento no Rio Grande do Sul, mormente em função das profundas e positivas transformações na matriz econômica estadualb ocorridas nos últimos quatro anos.

**JOÃO CARLOS BRUM TORRES**

*Secretário de Coordenação e Planejamento*

## SUMÁRIO

### AGREGADOS MACROECONÔMICOS

APRESENTAÇÃO .....	8
1 PANORAMA GERAL DA ECONOMIA GAÚCHA .....	8
2 DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA NO PERÍODO 1985-1995 .....	9
3 A ECONOMIA GAÚCHA E SUAS REGIÕES: NOTAS .....	18
ANEXO ESTATÍSTICO .....	20

### BALANÇA COMERCIAL

APRESENTAÇÃO .....	36
1. A BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA .....	36
1.1 EXPORTAÇÕES .....	36
1.2 IMPORTAÇÕES .....	38
2. A BALANÇA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL .....	41
2.1 AS EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL 1989 - 1996 .....	43
2.2 O DESTINO DAS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS - PRINCIPAIS MERCADOS .....	46
2.3 AS IMPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL .....	54
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	57
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	58

# AGREGADOS MACROECONÔMICOS

Equipe de trabalho:  
**Adalberto Alves Maia Neto (FEE)**  
**Jorge Accurso (FEE)**



# APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar um panorama geral de economia do Rio Grande do Sul no período 1985-95. Para tanto, o trabalho será dividido em duas partes. Na primeira, será feita uma comparação da economia gaúcha e brasileira, utilizando-se os dados de PIB e de emprego. Na segunda, a economia gaúcha será analisada através dos desempenhos de suas regiões. Para tanto, serão utilizados os dados de PIB, PIB per capita, número de empregados, número de estabelecimentos, bem como os valores das vendas e de ICM arrecadado.

Ao se fazer comparações entre agregados econômicos de diferentes estados e o País, esbarra-se em problemas decorrentes das metodologias utilizadas. O tratamento diferenciado utilizado para estimar os agregados macroeconômicos decorre das bases estatísticas diferenciadas disponíveis. Contudo, uma certa homogeneização nas estimativas já existe, decorrente dos esforços empreendidos pelas diferentes instituições estaduais e pelo IBGE. A principal coerência entre as metodologias diz respeito à utilização de indicadores físicos para medir a evolução do produto a preços constantes. Por isso, neste trabalho, nas comparações entre o Estado e o País e entre o Estado e as outras Unidades da Federação, são utilizadas as evoluções do índice do produto real, total e setorial, para medir as evoluções das economias e suas participações.

## 1 PANORAMA GERAL DA ECONOMIA GAÚCHA

O Estado do Rio Grande do Sul ocupa uma área de 280.476km<sup>2</sup> equivalente a 3,2% do território nacional, abrigando uma população estimada de 9.138.670 habitantes em 1991, isto é, 6,2% da população brasileira. Esse contingente humano está distribuído em 6.996.542 indivíduos nas cidades e 2.142.128 no meio rural, o equivalente a 6,3 % e 6,0 %, respectivamente, do País. Em relação ao emprego, o Estado participava, em 1995, com 7,2% do emprego total, sendo 8,1% na agricultura, 9,4% na indústria de transformação e 6,5% nas atividades do setor serviços<sup>1</sup>. Com um PIB estimado em US\$ 42,7 bilhões em 1995, a economia estadual contribuiu com 7,8% para o PIB nacional, ocupando a quarta posição entre as economias regionais. Para o mesmo ano, o PIB per capita atingiu o valor de US\$ 4.732, (7% superior ao nacional). Setorialmente, a economia do Estado contribuiu com 10,7% para a formação do produto da agropecuária, 6,6% para a indústria (8,0% na indústria de transformação) e com 8,2% para os serviços. Tomando-se as variáveis de população, emprego e PIB, é possível caracterizar a economia estadual em relação à nacional. Entretanto, para melhor entender o papel que essa economia vem representando no cenário nacional, se faz necessário observar

<sup>1</sup> Em que pese a não disponibilidade dos resultados das informações de emprego do Censo Demográfico de 1991, os dados da PNAD são utilizados para se ter idéia da representatividade do emprego estadual em relação ao nacional. No censo de 1980, o Estado detinha 7,5% do emprego brasileiro, participando com 7,1% no setor primário, 7,6% na indústria de transformação e com 7,6% no setor serviços.

sua evolução ao longo de um período, de modo que fatores conjunturais de um determinado momento não mascarem a sua real importância.

## 2 DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA NO PERÍODO 1985-1995

A economia gaúcha no período 1985-95 apresentou um crescimento de 2,4% a.a. do PIB, taxa essa similar à verificada no País, que foi de 2,3% a.a. Esse resultado refletiu as combinações de ritmos diferenciados de seus setores, sendo de 2,6% a.a., na agropecuária, 1,4% a.a., na indústria e de 3,1% a.a. no de serviços. No País, a expansão das atividades teve magnitudes semelhantes, com um incremento de 2,7% a.a. na agropecuária, 1,3% a.a., na indústria e 3,2% a.a. no serviços. Ao se contrapor o crescimento estadual com outros estados, constata-se que esse ficou abaixo somente do estado do Paraná (3,7% a.a.), mas acima daqueles estados que possuem uma economia de maior porte: São Paulo (1,5% a.a.), Rio de Janeiro (0,38% a.a.) e Minas Gerais (2,2% a.a.). A combinação de um crescimento populacional de menor intensidade que o nacional (1,5% a.a. contra 1,9% a.a.), fez com que o PIB per capita do Estado tivesse um crescimento de 10,5% no período contra 6,6% do observado no País.

Ao se dividir o período em dois quinquênios, constata-se que a economia regional acompanhou o ritmo da nacional, com uma relativa vantagem para os anos compreendidos no período de 1990-95, quando a economia sulina apresentou um crescimento superior ao da nacional, 3,1%, contra 2,8% a.a. Nesses anos, em que pese a menor expansão da agropecuária gaúcha relativamente à nacional (3,0% a.a. e 4,2% a.a., respectivamente), foram a indústria e os serviços que propiciaram esse melhor desempenho, com uma expansão de 2,8% a.a. e 3,3% a.a., enquanto que, no País, os crescimentos foram de 1,9% a.a. e 3,0% a.a. Apresentando um ritmo de crescimento similar ao nacional, a economia rio-grandense manteve sua posição na estrutura econômica do País, com um ganho de participação na formação do produto da indústria de transformação, passando de 7,9%, em 1985, para 8,0% em 1995. Em relação às mudanças nas estruturas produtivas em ambos os espaços, observou-se movimentos idênticos, com a perda de participação da indústria na geração do PIB e um ganho de participação do setor serviços.

A agropecuária gaúcha, no período 1985-95, apresentou um crescimento de 2,6% a.a., refletindo os acréscimos de 1,7% a.a. na lavoura, e de 4,6% a.a. na produção animal. No Brasil, o ritmo de expansão foi de 2,7% a.a. para o total do setor, 0,9% a.a. para a lavoura e de 5,2% a.a. para a produção animal. Com evoluções semelhantes no PIB, a agropecuária estadual manteve sua participação no patamar de 10% no setor<sup>2</sup>. Internamente, a agropecuária gaú-

<sup>2</sup> É bom lembrar que a agropecuária gaúcha vem perdendo posição a nível nacional: em 1970 participava com 14,6%, com 11,5% em 1980 e 10,8% em 1985.

cha tem na produção da lavoura a sua maior expressão, respondendo por 66,4% do Valor Bruto de Produção - VPB. Nesse segmento, as produções de arroz, soja, milho e trigo são as mais importantes, representado cerca de 50% do VBP da lavoura. Nos últimos 10 anos, a produtividade da lavoura apresentou ganhos significativos na ordem de 29,5%. Tomando-se como exemplo as principais culturas, o arroz teve um aumento médio na sua produtividade de 14,4%; a soja, de 19,7%; o milho, de 39,7%; e o trigo, de 36,9%. Ao se comparar a produtividade média das principais culturas<sup>3</sup> do Estado, no período 1985-95, em relação à nacional, constata-se que há uma superioridade nas culturas do arroz (125,0%); feijão (31,3%); fumo (8,8%); mandioca (9,8%); milho (3,2%); e maçã (7,3%). Contudo, o Estado somente é líder em produtividade nas culturas de arroz e de maçã. Por sua vez, a produção animal foi o segmento que apresentou o melhor desempenho no período, com destaque para a avicultura, a suinocultura e a produção de leite, com acréscimos em suas produções de 10,3% a.a, 6,9% a.a, e 5,6% a.a, respectivamente. Por outro lado, a bovinocultura vem perdendo importância no VBP da produção animal, reduzindo sua participação de 32,2%, em 1985, para 18,8%, em 1995.

No que se refere ao setor industrial, merece ser destacada a evolução da indústria de transformação pelo seu papel dinâmico na economia. Tanto o Estado como o País, após a forte expansão observada nos anos 70, tiveram redução nos seus ritmos de crescimento no período 1985-95<sup>4</sup>. Esse segmento, no Estado, apresentou o mesmo crescimento observado para a economia nacional (1,2% a.a), no período, mantendo sua participação em 7,9%. Ao se dividir essa década em dois quinquênios, 1985-90 e 1990-95, e ao se comparar as evoluções do PIB industrial do Estado e do País, chega-se aos seguintes desempenhos: -0,4% a.a e 0,2% a.a., no primeiro e de 2,8% a.a e 2,1% a.a. no segundo, respectivamente. Ao se cotejar a evolução industrial do Estado com as de outras Unidades da Federação, observa-se que a mesma superou as dos estados de São Paulo (0,7% a.a) e Rio de Janeiro (0,2% a.a), e ficou abaixo da dos estados de Santa Catarina (2,4% a.a), Paraná (2,3% a.a) e Minas Gerais (1,9% a.a).

Entretanto, se a evolução para o setor se fez de modo semelhante à nacional, na performance dos gêneros da indústria de transformação há diferenças importantes. Medindo-se a importância relativa da indústria sulina através dos gêneros industriais, observa-se uma especialização<sup>5</sup> do parque fabril sulino nas indústrias de fumo, vestuário e calçados, produtos alimentares, borracha, mecânica e bebidas. Desse grupo, somente as indústrias de mecânica, vestuário e calçados e de produtos alimentares ampliaram sua participação na produção nacional. Mesmo assim, o ganho de participação do gênero de vestuário e calçados ocorreu

<sup>3</sup> As principais culturas do Estado são: arroz, soja, trigo, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, mandioca, milho, banana, laranja, uva e maçã.

<sup>4</sup> No período 1970-80 a indústria de transformação apresentou um crescimento de 9,6% a.a. no Estado e de 8,9% a.a. no País.

<sup>5</sup> Está se tomando por especialização quando a produção do gênero industrial do Estado participa no nacional com um percentual maior do que o total do setor.



porque essa atividade apresentou um decréscimo menor de sua produção se comparada à do País, -3,5% a.a contra, -4,5% a.a. É importante salientar que a produção desse segmento foi a que apresentou o pior resultado no País e o segundo pior desempenho no Estado. Se adicionarmos a esse grupo de indústrias, as de química e de metalúrgica, em razão de sua importância na estrutura produtiva estadual, verifica-se que ambas perderam participação relativa no Estado e em relação ao País. Observando-se a evolução nacional das produções dos gêneros que ganharam participação na estrutura produtiva - material elétrico, produtos alimentares e bebidas - somente nos dois primeiros a produção estadual apresentou crescimento superior.

É importante salientar, por outro lado, que a indústria de transformação estadual apresentou um incremento de sua produtividade da mão-de-obra de 17,8%, em 1995, se comparado à do ano de 1985, enquanto que a nacional foi de 15,9%. Esse maior ritmo de crescimento da produtividade da indústria sulina propiciou que atingisse o patamar nacional nesse período. Tomando-se as indústrias em que o Estado apresenta especialização, houve um aumento da produtividade estadual em relação à do País na indústria mecânica, na de vestuário e calçados e na de produtos alimentares.

Examinando-se a estrutura produtiva gaúcha, nesse período, houve poucas modificações na importância dos principais gêneros. Tanto em 1985 como em 1995, os cinco principais gêneros eram os de mecânica, metalúrgica, produtos alimentares, vestuário e calçados, e química, que representavam 65,8% e 62,9% do valor agregado da indústria de transformação naqueles anos. Desses gêneros, somente os de mecânica e de produtos alimentares tiveram ampliadas suas participações na estrutura produtiva. Por outro lado, chama atenção a redução das participações das indústrias de química e a de vestuário e calçados na indústria de transformação gaúcha<sup>6</sup>. No período de dez anos, esses gêneros foram os que tiveram os piores resultados, com uma redução de suas produções de -3,6% a.a e 3,5% a.a. Em razão de suas importâncias para a economia regional, esses desempenhos atuaram restritivamente para o crescimento estadual<sup>7</sup>. Merece destaque o crescimento da indústria de transformação estadual no período, o qual foi impulsionado pela expansão da produção de mecânica (4,2% a.a), produtos alimentares (3,9% a.a), bebidas (3,8% a.a) e material elétrico (6,4% a.a). Na estrutura brasileira, ganharam participação os gêneros de material elétrico, produtos alimentares, bebidas, enquanto que os de metalúrgica, química, vestuário e calçados tiveram diminuídas suas posições.

Ao se examinar a evolução do PIB gaúcho em relação ao brasileiro, constata-se que a economia regional acompanhou a economia nacional. Se, na geração do produto, as econo-

<sup>6</sup>Em 1985, essas atividades representavam 28,8% do valor agregado da indústria de transformação; em 1995 passaram a representar 17,4%.

<sup>7</sup>O forte decréscimo observado na indústria de vestuário e calçados é preocupante para a economia estadual já que ela absorve 33,5% do emprego industrial e 29,2% do número de empresas da indústria de transformação.

mias apresentaram o mesmo ritmo, cabe analisar a seguir como se comportaram em relação ao emprego.

Nos últimos dez anos, o emprego gerado na economia gaúcha passou de 7,3%, em 1985, para 7,2%, em 1995, do emprego nacional. Essa pequena diminuição refletiu a menor expansão do emprego no Estado, que se fez a uma taxa de 2,6% a.a, enquanto que no Brasil evoluiu a 2,7% a.a. A manutenção desse patamar, contudo, foi alcançada pela ampliação do emprego na indústria de transformação estadual no total do País, compensando o decréscimo observado nos demais setores. Em 1985, a indústria de transformação sulina empregava 7,8% da força de trabalho do setor e, em 1995, passou a responder por 9,4%. A criação de postos de trabalho, nessa atividade, apresentou tendência semelhante à nacional, no período 1985-90, e contrária, no período 1990-95, quando a indústria de transformação nacional reduziu postos de trabalho e, no Estado, ocorreu um acréscimo na oferta de emprego na ordem de 3,3% a.a.<sup>8</sup> Deve-se recordar que, nesse espaço de cinco anos, a indústria de transformação do Estado apresentou um crescimento do valor agregado acima do verificado no País (2,8% a.a contra 2,1% a.a). Examinando-se as estruturas de emprego, nota-se que, no Estado, há uma redução da participação da agricultura e da indústria total, e ampliação na dos serviços, a exemplo do ocorrido no País. No entanto, esse movimento se faz de forma mais atenuada na indústria estadual em razão, como já foi dito anteriormente, da ampliação de postos de trabalho na indústria de transformação.

Tabela 1  
Produto Interno Bruto global, "per capita" e Taxa de Crescimento do Rio Grande do Sul - 1985-95

ANOS	PIB GLOBAL		PIB "PER CAPITA"	
	Em US\$ 1000	Taxa de Crescimento(1)	Em US\$	Taxa de Crescimento(1)
1985	24.722.527	4,70	2.950,28	3,11
1986	26.895.553	6,02	3.160,59	4,40
1987	28.493.855	2,69	3.298,00	1,15
1988	29.249.718	-0,65	3.336,14	-2,10
1989	31.767.760	4,31	3.572,33	2,84
1990	32.029.466	-3,16	3.551,96	-4,50
1991	32.223.494	-3,28	3.526,06	-4,57
1992	35.691.503	8,59	3.853,23	7,14
1993	39.668.075	8,33	4.227,04	6,92
1994	41.797.930	2,90	4.398,66	1,62
1995	42.699.679	-0,63	4.438,91	-1,83

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Refere-se à taxa de crescimento do Produto Real.

<sup>8</sup>Cabe aqui observar que o levantamento feito pela PNAD diverge dos levantamentos realizados por outras fontes, como a RAIS, que apresentam uma evolução do emprego do Estado semelhante ao nacional

Tabela 2

Produto Interno Bruto global, "per capita" e Taxa de Crescimento do Brasil - 1985-95

ANOS	PIB GLOBAL		PIB "PER CAPITA"	
	Em US\$ 1000	Taxa de Crescimento(1)	Em US\$	Taxa de Crescimento(1)
1985	318.722.395	7,85	2.414,97	5,64
1986	351.553.446	7,49	2.612,56	5,43
1987	375.477.059	3,53	2.735,36	1,49
1988	387.717.547	-0,06	2.773,00	-1,88
1989	416.456.208	3,16	2.926,46	1,35
1990	414.747.542	-4,35	2.865,78	-5,81
1991	432.887.222	0,34	2.943,33	-1,27
1992	437.924.298	-0,82	2.932,04	-2,33
1993	468.136.433	4,19	3.088,54	2,67
1994	508.086.072	5,99	3.305,14	4,50
1995	544.458.531	4,24	3.494,11	2,84

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

IBGE/Departamento de Contas Nacionais.

(1) Refere-se à taxa de crescimento do Produto Real.

Tabela 3

Estrutura do PIB total e setorial do Rio Grande do Sul e Brasil - 1985, 1990 e 1995

SETORES DE ATIVIDADE	RIO GRANDE DO SUL			BRASIL		
	1985	1990	1995	1985	1990	1995
Agropecuária	15,23	10,78	10,51	11,12	10,19	11,36
Indústria	35,66	35,45	34,71	42,27	36,72	31,44
Ind. de Transformação	31,92	31,49	29,75	31,62	25,67	20,60
Construção Civil	2,23	2,71	2,44	5,44	7,06	7,51
Serv. Ind. de Util. Pub.	1,28	1,17	2,46	2,17	2,39	2,36
Extrativa Mineral	0,24	0,09	0,06	3,04	1,59	0,98
Serviços	49,10	53,77	54,78	46,61	53,09	57,20
Comércio	9,88	11,95	14,55	8,52	7,11	6,33
Transportes	2,61	2,94	4,16	3,99	3,64	3,74
Comunicações	0,70	0,80	1,01	1,01	1,27	1,37
Interm. Financeiros	11,21	8,52	4,27	11,66	11,72	7,12
Adm. Públicas	7,02	8,65	7,93	7,15	11,59	11,67
Aluguéis	8,53	12,05	13,75	3,31	5,92	9,62
Outros Serviços	9,16	8,86	9,11	10,98	11,84	17,35
PIB TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

IBGE/Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 4

Taxas médias de crescimento do PIB do Rio Grande do Sul e Brasil, por setores de atividade e total, por períodos selecionados (%a.a)

SETORES E TOTAL	1985-90		1990-95		1985-95	
	RS	BR	RS	BR	RS	BR
Agropecuária	2,13	1,10	3,30	4,20	2,60	2,70
Lavoura	1,90	-1,15	1,50	3,10	1,70	0,90
Produção Animal	2,70	4,70	6,60	5,70	4,60	5,20
Indústria Total	0,00	0,70	2,80	1,90	1,40	1,30
Indústria de Transformaçãc	-0,40	0,20	2,80	2,10	1,20	1,20
Serviços	2,90	3,30	3,30	3,30	3,10	3,20
Comércio	1,50	0,80	4,70	3,70	3,10	2,20
PIB Total	1,80	1,90	3,10	2,80	2,40	2,30

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

IBGE/Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 5  
Participação do PIB do Rio Grande do Sul no Brasil, a preços constantes - 1985, 1990 e 1995  
(%)

SAETORES E TOTAL	1985	1990	1995
AGROPECUÁRIA	10,78	11,34	10,70
INDÚSTRIA	7,94	7,70	7,98
SERVIÇOS	8,28	8,14	8,23
TOTAL	7,86	7,82	7,94

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.  
IBGE/Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 6  
Taxas Médias de Crescimento do PIB global, por Estados e Períodos Seleccionados  
(% a.a)

PERÍODOS	RS	PR	MG	SP(1)	BA	RJ (1)	BR
1985-90	1,79	3,47	1,65	1,15	-0,94	0,97	1,91
1990-95	3,07	3,86	2,67	1,97	-0,72	-0,36	2,81
1985-95	2,43	3,67	2,15	1,51	-0,83	0,38	2,30

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais; IPARDES; Fundação João Pinheiro; SEADE; SEI; IBGE.  
(1) Para SP e RJ os períodos encerram-se em 1994.

Tabela 7  
Relação da produtividade física de produtos seleccionados da lavoura dos estados com o Brasil - média 1985-95

ESTADOS	ARROZ	FEIJÃO	FUMO	MANDIOCA	MILHO	MAÇÃ	SOJA
Goiás	65,65	-	-	-	146,45	-	104,22
Minas Gerais	77,99	109,48	-	96,89	-	-	-
Mato Grosso	68,06	-	-	-	-	-	122,27
Rio Grande do Sul	224,97	131,29	108,83	109,83	103,20	107,30	81,53
Bahia	-	86,69	-	100,46	-	-	-
São Paulo	-	169,43	-	-	131,53	-	-
Paraná	-	124,52	-	171,24	126,19	-	112,53
Santa Catarina	-	148,62	112,70	133,88	125,97	103,00	-
Pará	-	-	-	103,58	-	-	-
Maranhão	-	-	-	62,96	-	-	-
Piauí	-	-	-	94,47	-	-	-
Pernambuco	-	-	-	78,12	-	-	-
Ceará	-	-	-	62,21	-	-	-
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	125,28	-	106,96

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/Produção Agrícola Municipal (Brasil). Para 1995, LSPA, relatório out/96.  
NOTA: Brasil=100.

Tabela 8  
Taxas médias de crescimento da produção dos principais produtos da Agropecuária do RS, por períodos seleccionados  
(% a.a)

PERÍODOS	BOVINOS	AVES	SUÍNOS	OVINOS	LEITE	ARROZ	SOJA	TRIGO	BATATA	CANA
1985-90	-4,59	10,50	4,01	-13,32	5,16	-0,08	2,02	3,13	5,10	-1,19
1990-95	-0,50	10,13	9,83	-2,28	6,01	9,54	-1,52	-22,13	7,11	-1,90
1985-95	-2,57	10,31	6,88	-7,96	5,58	4,62	0,24	-10,39	6,10	-1,55
PERÍODOS	CEBOLA	FEIJÃO	FUMO	MANDIOCA	MILHO	BANANA	LARANJA	UVA	MAÇÃ	
1985-90	-5,30	0,34	5,73	2,77	2,15	1,27	3,03	1,41	21,76	
1990-95	0,73	6,51	1,74	-2,83	8,45	6,48	1,09	-2,30	9,51	
1985-95	-2,33	3,38	3,72	-0,07	5,25	3,84	2,05	-0,46	15,47	

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Tabela 9

Participação do VA da Indústria de Transformação do RS no BR,  
a preços constantes - 1985-90-95

GÊNEROS	1985			1990			1995		
Min. Não Metálicos	3,64			4,00			3,69		
Metalúrgica	5,83			5,59			5,44		
Mecânica	9,89			9,38			13,42		
Mat. elétrico	3,28			3,42			4,20		
Mat. transporte	4,27			6,78			4,10		
Papel e papelão	6,71			6,28			5,68		
Borracha	11,01			10,82			8,82		
Química	7,16			6,11			5,12		
Perfumaria	4,24			2,92			3,20		
Vestuário	20,99			22,23			22,84		
Prod. alimentares	11,16			10,54			13,29		
Bebidas	17,68			13,40			12,83		
Fumo	44,19			47,04			42,50		
IND. TRANSFORMAÇÃO	7,94			7,70			7,99		

FONTE: IBGE-FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Tabela 10

Estrutura do VA a preços constantes da Indústria de Transformação do Rio Grande do Sul e do Brasil - 1985, 1990

GÊNEROS	1985						1990						1995											
	RS		BR		RS		BR		RS		BR		RS		BR									
	Min. Não Metálicos	1,92	4,18	2,28	4,40	1,92	4,15	8,82	12,01	8,62	11,86	7,98	11,73	11,53	9,25	11,29	9,27	15,45	9,20					
Metalúrgica	3,25	7,87	3,95	8,91	3,39	6,30	4,95	5,62	3,55	6,92	2,44	2,89	2,60	3,19	2,31	3,25	2,53	1,82	2,86	2,03	2,26	2,05		
Mecânica	15,36	17,04	12,72	16,04	9,43	14,72	0,40	0,75	0,37	0,97	0,42	1,05	13,38	5,06	11,45	3,96	8,30	2,90	16,73	11,90	17,39	12,70	21,74	13,07
Mat. elétrico	2,72	1,22	3,00	1,72	3,49	2,18	4,04	0,73	5,04	0,83	0,79	13,49	18,98	13,49	18,50	13,56	17,79	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
Mat. transporte	4,04	0,73	5,04	0,83	4,22	0,79	OUTROS	13,49	18,98	13,49	18,50	13,56	17,79	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
Papel e papelão	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	IND. TRANSFORMAÇÃO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		

FONTE: IBGE-FEE/Núcleo de Contas

Tabela 11

Taxas Médias de Crescimento da Produção Física da Indústria Extrativa Mineral e de Transformação, por  
e gêneros.

CLASSES E GÊNEROS	1985											1990											1995											
	NORDESTE	PERNAMBUCO	BAHIA	MINAS GERAIS	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	REGIÃO SUL	PARANÁ	SANTARIO CATARINA	GRANDE DO SUL	BRASIL	NORDESTE	PERNAMBUCO	BAHIA	MINAS GERAIS	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	REGIÃO SUL	PARANÁ	SANTARIO CATARINA	GRANDE DO SUL	BRASIL	NORDESTE	PERNAMBUCO	BAHIA	MINAS GERAIS	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	REGIÃO SUL	PARANÁ	SANTARIO CATARINA	GRANDE DO SUL	BRASIL	
Indústria Geral	-0,16	-3,03	0,59	1,05	1,24	-0,84	0,86	3,23	1,02	-0,31	0,30	-0,16	-3,03	0,59	1,05	1,24	-0,84	0,86	3,23	1,02	-0,31	0,30	-0,16	-3,03	0,59	1,05	1,24	-0,84	0,86	3,23	1,02	-0,31	0,30	
Extrativa Mineral	1,40		-2,11	-2,41	4,10		-5,01		-16,13	-1,70	1,96	1,40		-2,11	-2,41	4,10		-5,01		-16,13	-1,70	1,96	1,40		-2,11	-2,41	4,10		-5,01		-16,13	-1,70	1,96	
Ind. Transformação	-0,43	-3,03	1,02	1,33	0,90	-0,85	0,94	3,23	1,53	-0,30	0,21	-0,43	-3,03	1,02	1,33	0,90	-0,85	0,94	3,23	1,53	-0,30	0,21	-0,43	-3,03	1,02	1,33	0,90	-0,85	0,94	3,23	1,53	-0,30	0,21	
Miner. não Metálicos	0,57	-5,87	-0,12	-1,78	2,36	1,17	0,93	3,15	-0,48	3,11	1,21	0,57	-5,87	-0,12	-1,78	2,36	1,17	0,93	3,15	-0,48	3,11	1,21	0,57	-5,87	-0,12	-1,78	2,36	1,17	0,93	3,15	-0,48	3,11	1,21	
Metalurgia	1,44	0,92	-2,68	1,06	1,07	-1,78	-0,07		-0,35	-0,87	-0,04	1,44	0,92	-2,68	1,06	1,07	-1,78	-0,07		-0,35	-0,87	-0,04	1,44	0,92	-2,68	1,06	1,07	-1,78	-0,07		-0,35	-0,87	-0,04	
Mecânica						-1,53	3,97	11,98	8,03	-0,81	0,25						-1,53	3,97	11,98	8,03	-0,81	0,25												
Mat. Elétrico e Com.	5,56	8,84	-2,32	12,11	13,51	-0,81	6,98		9,91	3,56	2,72	5,56	8,84	-2,32	12,11	13,51	-0,81	6,98		9,91	3,56	2,72	5,56	8,84	-2,32	12,11	13,51	-0,81	6,98		9,91	3,56	2,72	
Mat. de Transporte				3,72	-10,86	-2,46				7,44	-2,02																							
Madeira																																		
Mobiliário																																		
Papel e Papelão	-0,77	1,64		1,71	-5,29	3,28	2,17	5,35	0,55	0,89	2,21	-0,77	1,64		1,71	-5,29	3,28	2,17	5,35	0,55	0,89	2,21	-0,77	1,64		1,71	-5,29	3,28	2,17	5,35	0,55	0,89	2,21	
Borracha	5,97		12,50			0,81				2,07	2,43	5,97		12,50			0,81						5,97		12,50									
Couros e Peles																																		
Química	0,54	-3,17	1,58	0,29	1,18	-1,29	-3,01	0,16	-6,71	-4,08	-0,91	0,54	-3,17	1,58	0,29	1,18	-1,29	-3,01	0,16	-6,71	-4,08	-0,91	0,54	-3,17	1,58	0,29	1,18	-1,29	-3,01	0,16	-6,71	-4,08	-0,91	
Farmacêutica						-0,17					0,40						-0,17																	
Perf., Sabões e	-3,55	-4,76	-4,85		-0,56	7,32	-1,53	-2,13		-2,06	5,41	-3,55	-4,76	-4,85		-0,56	7,32	-1,53	-2,13		-2,06	5,41	-3,55	-4,76	-4,85		-0,56	7,32	-1,53	-2,13		-2,06	5,41	
Prod. Mat. Plásticas	0,94	-2,79		-6,90	6,05	-0,62	-1,14	-5,19	0,49	0,41	0,41	0,94	-2,79		-6,90	6,05	-0,62	-1,14	-5,19	0,49	0,41	0,41	0,94	-2,79		-6,90	6,05	-0,62	-1,14	-5,19	0,49	0,41	0,41	
Textil	-4,44	-5,81		0,48	-6,80	-2,77	1,10	1,73	0,32	-0,81	-0,81	-4,44	-5,81		0,48	-6,80	-2,77	1,10	1,73	0,32	-0,81	-0,81	-4,44	-5,81		0,48	-6,80	-2,77	1,10	1,73	0,32	-0,81	-0,81	
Vest., Calc., Art. Tec.	0,80			-1,64	-4,76	-7,86	-2,52		-1,04	-3,46	-4,51	0,80			-1,64	-4,76	-7,86	-2,52		-1,04	-3,46	-4,51	0,80				-1,64	-4,76	-7,86	-2,52		-1,04	-3,46	-4,51
Produtos Alimentares	-3,36	-7,94	-0,16	0,90	0,38	2,52	2,14	3,57	2,07	0,38	1,54	-3,36	-7,94	-0,16	0,90	0,38	2,52	2,14	3,57	2,07	0,38	1,54	-3,36	-7,94	-0,16	0,90	0,38	2,52	2,14	3,57	2,07	0,38	1,54	
Bebidas	5,67	2,65	10,33	10,94	10,73	9,28	3,09	10,53	4,54	1,61	7,40	5,67	2,65	10,33	10,94	10,73	9,28	3,09	10,53	4,54	1,61	7,40	5,67	2,65	10,33	10,94	10,73	9,28	3,09	10,53	4,54	1,61	7,40	
Fumo	3,69	3,51		3,54		0,94	2,94	8,43	1,09	4,11	2,81	3,69	3,51		3,54		0,94	2,94	8,43	1,09	4,11	2,81	3,69	3,51		3,54		0,94	2,94	8,43	1,09	4,11	2,81	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/Pesquisa Industrial

Tabela 12

Taxas Médias de Crescimento da Produção Física da Indústria Extrativa Mineral e de Transformação, por classes e gêneros, 1985/95.

CLASSES E GÊNEROS	(% aa)										
	NORDESTE	PERNAMBUCO	BAHIA	MINAS GERAIS	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	REGIÃO SUL	PARANÁ	SANTA CATARINA	IO GRAND DO SUL	BRASIL
Indústria Geral	0,35	-1,23	0,33	1,64	0,61	0,69	2,06	2,29	1,97	1,19	1,14
Extrativa Mineral	0,48		-1,88	-0,94	3,88		-3,21		-14,53	-1,56	2,00
Ind. Transformação	0,35	-1,22	0,80	1,86	0,20	0,69	2,12	2,30	2,37	1,21	1,14
Miner. não Metálicos	-0,77	-3,09	-4,31	-0,11	0,86	2,00	1,56	2,91	2,24	1,20	1,05
Metalurgia	3,46	1,80	-0,95	1,59	1,92	0,41	2,05		3,35	0,20	0,90
Mecânica						-0,58	5,54	9,04	7,24	4,22	1,09
Mat. Elétrico e Com.	4,82	5,40	-1,49	9,11	3,87	0,63	5,34		11,23	6,40	3,81
Mat. de Transporte				8,13	-2,92	1,64				1,68	2,10
Madeira											
Mobiliário											
Papel e Papelão	-1,24	1,15		0,74	-4,53	3,11	2,07	2,53	2,92	0,65	2,34
Borracha	0,32		2,48			1,74				0,11	2,35
Couros e Peles											
Química	1,69	-1,52	2,22	1,34	-1,00	0,01	-1,61	1,08	-6,74	-3,61	-0,32
Farmacêutica					1,93	1,56					1,35
Perf., Sabões e Velas	-5,39	-6,19	-6,84		-5,21	6,20	3,00	1,75		1,69	4,58
Prod. Mat. Plásticas	-2,65	-4,61		-5,32	2,20	1,80	1,15	-1,94	3,00		1,12
Textil	-3,01	-6,23		-2,31	-6,08	-1,79	2,14	-0,83	0,45		-0,89
Vest., Calc., Art. Tec.	-3,04			-6,04	-1,99	-7,01	-2,78		-4,00	-3,52	-4,33
Produtos Alimentares	-0,92	-2,00	-4,44	1,78	1,04	1,15	3,46	2,07	5,59	3,90	2,10
Bebidas	6,57	4,12	10,69	7,20	6,90	10,21	4,23	8,12	8,60	3,79	7,18
Fumo	-0,48	-0,17		5,22		2,57	1,09	7,37	-3,54	1,66	2,05

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/Pesquisa Industrial Mensal.

Tabela 13

Taxas Médias de Crescimento da Produção Física da Indústria Extrativa Mineral e de Transformação, por classes e gêneros, 1995/90.

CLASSES E GÊNEROS	(% aa)										
	NORDESTE	PERNAMBUCO	BAHIA	MINAS GERAIS	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	REGIÃO SUL	PARANÁ	SANTA CATARINA	IO GRAND DO SUL	BRASIL
Indústria Geral	0,28	0,60	0,07	2,24	-0,02	2,24	3,27	1,35	2,94	2,71	1,98
Extrativa Mineral	-0,15		-1,65	0,55	3,66		-1,38		-12,90	-1,41	2,02
Ind. Transformação	0,38	0,63	0,57	2,38	-0,51	2,25	3,32	1,38	3,22	2,73	2,08
Miner. não Metálicos	-0,70	-0,23	-8,33	1,59	-0,63	2,83	2,20	2,67	5,04	-0,68	0,90
Metalurgia	1,81	2,69	0,82	2,12	2,78	2,65	4,22		7,18	1,28	1,85
Mecânica						0,38	7,12	6,19	6,44	9,50	1,93
Mat. Elétrico e Com.	1,34	2,08	-0,66	6,19	-4,94	2,10	3,72		12,56	9,32	4,91
Mat. de Transporte				12,72	5,72	5,91				-3,78	6,41
Madeira											
Mobiliário											
Papel e Papelão	-0,57	0,66		-0,22	-3,77	2,94	1,97	-0,21	5,35	0,41	2,47
Borracha	-1,70		-6,68			2,69				-1,82	2,27
Couros e Peles											
Química	0,94	0,16	2,86	2,40	-3,14	1,33	-0,20	2,01	-6,76	-3,15	0,34
Farmacêutica					-2,48	3,33					2,32
Perf., Sabões e Velas	-2,46	-7,60	-8,78		-9,64	5,09	7,73	5,78		5,59	3,69
Prod. Mat. Plásticas	-2,08	-6,40		-3,71	-1,50	4,29	3,50	1,42	5,56		1,75
Textil	-0,53	-6,63		-5,03	-5,35	-0,80	3,20	-3,34	0,58		-0,90
Vest., Calc., Art. Tec.	-2,30			-10,24	0,86	-6,15	-3,04		-6,87	-3,57	-4,09
Produtos Alimentares	0,53	4,32	-8,54	2,66	1,70	-0,20	4,80	0,58	9,24	7,54	2,67
Bebidas	2,43	5,60	11,04	3,59	3,20	11,15	5,39	5,77	12,82	6,02	6,95
Fumo	-1,52	-3,72		6,93		4,23	-0,72	6,33	-7,96	-0,74	1,30

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/Pesquisa Industrial Mensal.

Tabela 14

Taxas médias de crescimento do emprego no Rio Grande do Sul e Brasil, por períodos selecionados

SETORES E TOTAL	(% a)					
	1990-85		1995-90		1995-85	
	RS	BR	RS	BR	RS	BR
Total	2,68	3,13	2,53	2,31	2,60	2,72
Agricultura	-1,01	-1,37	4,02	5,06	1,47	1,80
Indústria Total	2,74	3,65	2,06	-0,65	2,40	1,47
Indústria de Transformação	2,08	3,70	3,35	-1,90	2,71	0,86
Construção Civil	5,45	4,30	-0,49	2,04	2,43	3,16
outras ativ. industriais	0,40	0,50	-3,56	0,05	-1,60	0,28
Serviços	5,01	5,19	1,90	2,27	3,44	3,72
Comércio	7,09	6,52	0,04	2,71	3,50	4,60
Outras	4,38	4,80	2,48	2,13	3,42	3,45

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/PNAD.

Tabela 15

Índice de Produtividade da Indústria de Transformação do Rio Grande do Sul - 1985-95

GÊNEROS	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1995
Min. Não Metálicos	100,00	132,26	137,24	134,97	144,61	132,00	149,56	161,25	161,08	141,38
Metalúrgica	100,00	103,84	106,35	96,65	96,87	93,59	93,35	97,87	107,81	120,65
Mecânica	100,00	95,57	105,22	104,00	109,67	94,34	131,29	141,82	202,35	162,49
Mat. elétrico	100,00	88,18	91,97	84,70	85,74	103,45	102,73	90,32	115,76	157,94
Mat. transporte	100,00	118,36	113,29	113,00	107,91	116,48	51,04	51,11	67,29	95,47
Papel e papelão	100,00	95,86	93,97	94,79	93,94	106,98	120,58	123,77	148,69	107,64
Borracha	100,00	98,14	97,25	108,74	121,74	109,60	106,42	103,81	102,35	80,72
Química	100,00	100,85	107,19	94,23	79,64	82,98	55,78	60,17	67,38	97,16
Perfumaria	100,00	85,72	89,23	88,05	70,89	67,86	83,41	93,23	95,45	91,63
Vestuário	100,00	98,41	88,53	80,53	81,00	85,35	79,12	72,67	75,25	79,38
Prod. alimentares	100,00	93,85	93,21	100,62	91,62	100,94	117,17	140,39	151,05	127,43
Bebidas	100,00	98,11	80,32	84,85	92,40	97,84	125,23	119,26	143,91	135,93
Fumo	100,00	92,94	103,47	107,41	119,15	84,24	99,85	122,06	127,05	100,61
IND. TRANSFORMAÇÃO	100,00	97,80	99,11	94,65	92,94	96,26	95,79	100,95	113,54	117,81

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS/FEE-Núcleo de Contas Regionais.

Tabela 16

Índice de Produtividade da Indústria de Transformação do Brasil - 1985-95

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1995
Min. Não Metálicos	100,00	90,87	93,33	98,70	88,57	91,59	98,34	100,68	112,31	124,78
Metalúrgica	100,00	92,45	93,15	91,54	92,94	96,82	98,57	108,66	113,31	117,69
Mecânica	100,00	96,57	100,34	96,65	95,46	95,60	94,19	98,41	112,95	130,22
Mat. elétrico	100,00	99,03	100,02	100,39	93,87	100,62	105,64	109,33	130,60	196,79
Mat. transporte	100,00	101,33	94,93	106,33	94,49	89,88	98,75	102,69	119,52	146,56
Papel e papelão	100,00	103,56	108,16	111,52	107,33	115,63	133,52	139,99	155,43	124,37
Borracha	100,00	101,31	107,12	111,15	104,88	107,56	111,52	120,75	123,48	117,20
Química	100,00	92,72	95,76	93,08	88,08	92,51	93,02	95,81	103,89	118,34
Perfumaria	100,00	99,09	117,29	112,14	109,47	108,97	110,61	112,83	115,30	72,20
Vestuário	100,00	84,00	85,42	77,17	72,28	66,88	63,19	59,42	58,04	61,77
Prod. alimentares	100,00	92,28	96,26	93,53	90,86	97,45	103,37	108,40	114,77	95,75
Bebidas	100,00	105,19	96,53	94,19	103,91	107,66	121,43	102,51	120,23	131,41
Fumo	100,00	104,36	105,19	105,23	116,39	104,55	90,13	143,95	100,92	116,43
IND. TRANSFORMAÇÃO	100,00	93,31	96,59	95,13	91,17	93,08	97,33	101,28	107,80	115,90

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS/IBGE-DECNA.

Tabela 17

Relação da produtividade da indústria de transformação do RS com a do Brasil - 1985-95

GÊNEROS	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1995	MÉDIA
Min. Não Metálicos	100,26	145,92	147,44	137,10	163,70	144,49	152,49	160,59	143,80	113,59	140,94
Metalúrgica	93,43	104,94	106,67	98,64	97,38	90,31	88,47	84,15	88,90	95,78	94,87
Mecânica	147,09	145,56	154,25	158,27	168,97	145,16	205,04	211,97	263,52	183,54	178,34
Mat. elétrico	90,48	80,57	83,20	76,34	82,64	93,02	87,99	74,75	80,20	72,62	82,18
Mat. transporte	101,67	118,76	121,35	108,06	116,11	131,76	52,55	50,80	57,24	66,23	92,43
Papel e papelão	123,07	113,92	106,93	104,62	107,71	113,86	111,14	108,81	117,73	106,51	111,43
Borracha	146,20	141,63	132,74	143,03	170,03	148,97	139,52	125,70	121,19	100,69	136,97
Química	189,65	206,29	212,28	191,98	171,48	170,12	113,71	119,10	122,99	155,71	165,33
Perfumaria	171,11	148,02	130,18	134,35	110,81	106,56	129,03	141,38	141,66	217,17	143,03
Vestuário	91,94	107,71	95,28	95,94	103,03	117,32	115,12	112,76	119,21	118,15	107,65
Prod. alimentares	133,94	136,23	129,71	144,10	135,07	138,74	151,82	173,48	176,28	178,26	149,76
Bebidas	214,46	200,03	178,44	193,20	190,71	194,89	221,18	249,49	256,72	221,85	212,10
Fumo	329,14	293,10	323,77	335,96	336,95	265,21	364,63	279,08	414,36	284,42	322,66
IND. TRANSFORMAÇÃO	98,43	103,18	101,00	97,93	100,34	101,80	96,89	98,12	103,67	100,06	100,14

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS/FEE-NCR/IBGE-DECNA.

NOTA: BRASIL=100.

Tabela 18

Estrutura do emprego total e setorial no Rio Grande do Sul e Brasil - 1985, 1990 e 1995

SETORES E TOTAL	1985						1990		1995		(%)
	RS		BR		RS	BR	RS	BR			
	RS	BR	RS	BR							
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		
Agrícola	32,51	28,53	27,07	22,83	29,11	26,07					
Indústria Total	22,20	22,13	22,26	22,70	21,76	19,59					
Indústria de Transformação	15,85	14,74	15,39	15,15	16,02	12,28					
Construção Civil	4,80	5,82	5,48	6,16	4,72	6,07					
outras ativ. industriais	1,56	1,58	1,39	1,39	1,02	1,24					
Serviços	45,29	49,33	50,67	54,47	49,13	54,34					
Comércio	10,16	10,92	12,53	12,84	11,09	13,09					
Outras	35,13	38,41	38,13	41,63	38,04	41,24					

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/PNAD.

Tabela 19

Participação do emprego do Rio Grande do Sul no Brasil, por setores de atividade e total - 1985, 1990 e 1995

SETORES E TOTAL	1985	1990	1995
Total	7,30	7,14	7,21
Agrícola	8,31	8,46	8,05
Indústria Total	7,32	7,00	8,01
Indústria de Transformação	7,84	7,25	9,41
Construção Civil	6,02	6,36	5,61
outras ativ. industriais	7,20	7,16	5,96
Serviços	6,70	6,64	6,52
Comércio	6,79	6,97	6,11
Outras	6,67	6,54	6,65

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/PNAD.

### 3 A ECONOMIA GAÚCHA E SUAS REGIÕES: NOTAS

Em 1996, a FEE elaborou um estudo para o SEBRAE-RS intitulado **PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO RIO GRANDE DO SUL**. Esse estudo teve como objetivo apresentar a evolução da economia gaúcha para o período 1985-93, tendo como referência as regiões do Estado, essas entendidas conforme a definição espacial dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES. Para tanto, foram utilizados as informações de PIB municipal, PIB *per capita*, população, emprego, estabelecimentos, ICM arrecadado e valor das saídas (vendas). Os principais resultados serão apresentados a seguir em forma de notas, de modo a permitir uma visão da economia gaúcha espacialmente.

- No período 1985-93, o Estado apresentou um crescimento de 2,8% a.a do PIB, atingindo o valor de US\$ 39,7 bilhões em 1993. Nesse período, analisando-se o crescimento das regiões do Estado, observa-se que somente sete tiveram desempenho superior à média estadual: a do Vale do Taquari (5,3% a.a.), a Centro Sul (4,4% a.a.), a Paranhana Encosta da Serra (3,9% a.a.), a do Vale do Rio dos Sinos (3,9% a.a.), a de Porto Alegre (3,7% a.a.), a da Serra (3,4% a.a.) e a do Litoral (3,2% a.a.) (Tabela 2).
- É importante realçar que as cinco principais regiões do Estado - de Porto Alegre, do Vale do Rio dos Sinos, da Serra, Sul e da Produção - detinham 60,1% do PIB regional, em 1985, e 63,4% em 1993. Esse processo de concentração, entretanto, ocorreu de forma mais restrita, uma vez que as Regiões da Produção e Sul tiveram reduzidas suas participações no total do PIB, enquanto as outras três incrementaram suas posições, destacando-se a Região do Vale do Rio dos Sinos, que passou de 16,7%, em 1985, para 18,3%, em 1993 (Tabela 3).
- No que se refere ao PIB *per capita* do Estado, constatou-se um crescimento de 1,3% a.a., no período 1985-93, passando de US\$ 2.950, em 1985, para US\$ 4.270 em 1993. Nesse



período, cinco regiões apresentaram desempenho superior à média estadual: a do Vale do Taquari (4,0% a.a.), a Centro Sul (3,1% a.a.), a da Produção (2,5% a.a.), a Nordeste (1,9% a.a.) e a de Porto Alegre (1,9% a.a.). Por outro lado, o pior desempenho foi registrado na Região Paranhana Encosta da Serra, com uma redução de 2,1% a.a. no seu PIB *per capita* (Tabela 7).

- Ao se cotejar o PIB *per capita* das regiões com a média estadual, verifica-se uma grande diferença: poucas apresentam valores bem acima da média estadual. Em 1993, por exemplo, o PIB *per capita* da Região do Vale do Rio dos Sinos era 59,3%, superior à média estadual, seguido pelo das Regiões da Serra (30,7%), de Porto Alegre (15,9%), do Alto Jacuí (7,2%), do Vale do Taquari (5,2%) e da Produção (3,3%). Por sua vez, as regiões que apresentavam um PIB *per capita* significativamente abaixo da média do Estado eram a do Alto Uruguai (-54,1%), a do Litoral (-47,0), a Central (-39,8%), a Nordeste (-33,3%) e a Norte (-29,4%) (Tabela 8).
- No que se refere à população, não se observou mudanças significativas na sua distribuição entre as regiões no período 1985-93 (Tabela 10). No entanto, da mesma forma que o PIB, esta encontra-se altamente concentrada. Assim, as cinco regiões mais importantes do Estado em 1993 - Porto Alegre, Vale do Rio dos Sinos, Serra, Sul, e da Produção- abrigam 54,56% da população do Estado.
- Verifica-se, também, que a população do Estado se encontra altamente concentrada nas cidades. Assim, em 1993, o grau de urbanização<sup>9</sup> do Estado era de 78,1%, destacando-se as Regiões de Porto Alegre e do Vale do Rio dos Sinos, com grau de urbanização de, respectivamente, 96,7% e 96,3%. Acima da média do Estado, encontram-se, ainda, as Regiões Fronteira Oeste (87,3%), Paranhana Encosta da Serra (82,6%), Sul (79,3%) e da Serra (78,8%). Por outro lado, as Regiões do Médio Alto Uruguai e do Vale do Rio Pardo são aquelas onde há uma maior concentração da população rural (Tabela 12).
- O elevado grau de concentração econômica estadual em algumas regiões, como não poderia deixar de ser, expressa-se também no emprego e no número de estabelecimentos<sup>10</sup>. Ao se analisar a estrutura do emprego no Estado, constata-se que as Regiões de Porto Alegre, do Vale do Rio dos Sinos, da Serra e Sul detinham 59,3% do emprego total, em 1993, e 69,4%, em 1985. Por outro lado, as Regiões da Campanha, Centro Sul, Nordeste, Alto Jacuí e Médio Alto Uruguai participavam com 5,24%, em 1993, e com 4,23% em 1985 (Tabela 13). É importante salientar, contudo, as mudanças relativas no emprego observadas no período 1985-93. Em 1985, a Região de Porto Alegre representava 32,1% do emprego total, ocupando a primeira posição, seguida pelas Regiões do Vale do Rio dos Sinos (20,2%) e da Serra (11,3%). Já em 1993, a Região do Vale do Rio dos Sinos assumiu a primeira posição, participando com 21,1%, seguida pelas Regiões de Porto Alegre (19,8%)

<sup>9</sup> Por grau de urbanização entende-se a participação da população urbana no total da população.

<sup>10</sup> Por uma limitação das informações disponíveis, tanto o nível de emprego como o número de estabelecimentos referem-se somente aos setores industrial (transformação) e comercial (varejista e atacadista). Por isso, a evolução dessas variáveis é tomada como "proxy" do total do emprego na economia.

e da Serra (12,3%). Merece ser destacado, também, o ganho de participação das Regiões Paranhana Encosta da Serra e da Produção que passaram de 2,9% para 4,6% e de 2,9% para 4,0%, respectivamente, no período 1985-93.

- Ao se analisar a evolução do emprego, no entanto, constata-se que esta se deu a um menor ritmo comparativamente ao PIB. Para o período 1985-93, a criação do emprego fez-se a uma taxa de 0,4% a.a., enquanto o PIB, como já foi visto anteriormente, evoluiu a 2,8% a.a. Esse desempenho significou a criação de 31.242 postos de trabalho. Vale salientar que a Região de Porto Alegre apresentou forte redução no emprego, tendo sido de -5,5% a.a. no período 1985-93, o que representou a redução de 106.612 postos de trabalho. As outras regiões de maior representatividade na estrutura do emprego - a do Vale do Rio dos Sinos, a da Serra e a Sul apresentaram uma evolução de 1,0% a.a., 2,0% a.a e 0,1% a.a., respectivamente. Os maiores crescimentos no emprego foram observados nas Regiões do Médio Alto Uruguai (7,9% a.a.), do Litoral (6,5% a.a.), Paranhana Encosta da Serra (6,5% a.a.) e Norte (6,2% a.a.) (Tabela 14).
- Essas mesmas cinco regiões, em 1993, abarcavam 51,4% dos estabelecimentos do Estado (Tabela 15), tanto industriais quanto comerciais, 63,3% do emprego (Tabela 13) e 76,6% do ICMS arrecadado (Tabela 16).

## ANEXO ESTATÍSTICO

### TABELA 1

PIB NOMINAL DO RIO GRANDE DO SUL, POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO, 1985, 1990, 1993.  
(US\$ 1000)

REGIÕES	1985	1990	1993
Alto Jacuí	623 738	642 534	863 772
Campanha	440 285	467 785	646 319
Central	1 139 634	1 260 502	1 539 451
Centro-Sul	401 461	467 320	730 395
Fronteira Noroeste	675 206	667 222	877 255
Fronteira Oeste	1 216 032	1 253 570	1 760 792
Hortênsias	223 361	294 943	333 771
Litoral	312 129	378 143	517 072
Médio Alto Uruguai	252 671	268 818	376 398
Missões	586 884	666 454	814 286
Nordeste	328 591	387 581	489 092
Nordeste Colonial	897 662	894 761	1 211 602
Norte	492 952	556 977	626 878
Paranhana Encosta da Serra	332 661	432 493	583 800
Produção	1 278 075	1 465 377	1 927 597
Serra	2 102 232	3 110 031	3 551 155
Sul	1 656 804	2 134 177	2 525 041
Vale do Caí	292 263	384 788	461 322
Vale do Rio dos Sinos	4 132 852	5 890 131	7 249 844
Vale do Rio Pardo	958 920	1 194 304	1 385 028
Vale do Taquari	678 373	898 013	1 324 314
Porto Alegre	5 699 740	8 313 542	9 872 894
<b>TOTAL</b>	<b>24 722 526</b>	<b>32 029 466</b>	<b>39 668 078</b>

Fonte: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

**TABELA 2**

TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DO PIB DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO E TOTAL DO RIO GRANDE DO SUL, POR PERÍODOS SELECIONADOS.

REGIÕES	(% a.a.)		
	1985-90	1990-93	1985-93
Alto Jacuí	-2,81	7,34	0,88
Campanha	-2,19	8,30	1,62
Central	-1,41	3,96	0,57
Centro-Sul	-0,32	12,72	4,38
Fronteira Noroeste	-3,55	6,45	0,08
Fronteira Oeste	-2,74	8,84	1,45
Hortênsias	2,23	1,21	1,85
Litoral	0,39	7,97	3,17
Médio Alto Uruguai	-2,11	8,69	1,81
Missões	-0,87	3,94	0,91
Nordeste	-0,09	5,01	1,80
Nordeste Colonial	-3,44	7,60	0,56
Norte	-0,97	1,13	-0,19
Paranhana Encosta da Serra	1,94	7,29	3,91
Produção	-0,71	6,59	1,96
Serra	4,58	1,52	3,42
Sul	1,66	2,83	2,10
Vale do Cai	2,18	3,17	2,55
Vale do Rio dos Sinos	3,77	4,14	3,91
Vale do Rio Pardo	1,05	2,03	1,41
Vale do Taquari	2,28	10,56	5,31
Porto Alegre	4,18	3,02	3,74
<b>TOTAL</b>	<b>1,79</b>	<b>4,39</b>	<b>2,76</b>

Fonte: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

**TABELA 3**

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PIB DO RIO GRANDE DO SUL, POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO - 1985, 1990 E 1993 .

REGIÕES	(%)		
	1985	1990	1993
Alto Jacuí	2,52	2,00	2,18
Campanha	1,78	1,46	1,63
Central	4,61	3,93	3,88
Centro-Sul	1,62	1,46	1,84
Fronteira Noroeste	2,73	2,09	2,21
Fronteira Oeste	4,92	3,92	4,44
Hortênsias	0,90	0,92	0,84
Litoral	1,26	1,18	1,30
Médio Alto Uruguai	1,02	0,84	0,95
Missões	2,37	2,08	2,05
Nordeste	1,33	1,21	1,23
Nordeste Colonial	3,63	2,79	3,05
Norte	1,99	1,74	1,58
Paranhana Encosta da Serra	1,35	1,36	1,47
Produção	5,17	4,57	4,86
Serra	8,50	9,74	8,95
Sul	6,70	6,66	6,37
Vale do Cai	1,18	1,20	1,16
Vale do Rio dos Sinos	16,72	18,41	18,28
Vale do Rio Pardo	3,88	3,74	3,49
Vale do Taquari	2,74	2,81	3,34
Porto Alegre	23,05	25,90	24,89
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

BIBLIOTECA

Reg.º n.º 1191

**TABELA 4**

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PIB DO RIO GRANDE DO SUL, POR SETORES DE ATIVIDADE E POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO - 1990

REGIÕES	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
Alto Jacuí	4,90	0,51	2,42	2,00
Campanha	2,06	1,03	1,62	1,46
Central	9,14	1,29	4,64	3,93
Centro-Sul	2,27	1,77	1,10	1,46
Fronteira Noroeste	3,86	1,93	1,83	2,09
Fronteira Oeste	9,44	2,57	3,69	3,92
Hortênsias	1,19	1,22	0,67	0,92
Litoral	2,32	0,42	1,45	1,18
Médio Alto Uruguai	3,65	0,14	0,74	0,84
Missões	6,15	0,48	2,32	2,08
Nordeste	4,17	0,40	1,15	1,21
Nordeste Colonial	6,25	0,87	3,37	2,79
Norte	4,09	0,82	1,88	1,74
Paranhana Encosta da Serra	0,38	2,56	0,75	1,36
Produção	8,62	1,67	5,68	4,57
Serra	7,13	14,70	6,93	9,74
Sul	7,80	5,77	7,02	6,66
Vale do Cai	2,39	1,39	0,84	1,20
Vale do Rio dos Sinos	0,53	27,78	15,76	18,41
Vale do Rio Pardo	6,45	4,58	2,62	3,74
Vale do Taquari	4,46	3,39	2,09	2,81
Porto Alegre	2,76	24,70	31,42	25,90
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

**TABELA 5**

ESTRUTURA PERCENTUAL DO PIB DOS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO E DO RIO GRANDE DO SUL - 1990

REGIÕES	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
Alto Jacuí	26,59	9,07	64,34	100,00
Campanha	15,30	25,37	59,32	100,00
Central	25,25	11,71	63,04	100,00
Centro-Sul	16,82	43,20	39,97	100,00
Fronteira Noroeste	20,09	33,19	46,73	100,00
Fronteira Oeste	26,19	23,53	50,28	100,00
Hortênsias	14,02	47,33	38,65	100,00
Litoral	21,39	12,75	65,87	100,00
Médio Alto Uruguai	47,15	5,80	47,04	100,00
Missões	32,10	8,33	59,57	100,00
Nordeste	37,36	11,86	50,78	100,00
Nordeste Colonial	24,33	11,21	64,46	100,00
Norte	25,57	16,83	57,60	100,00
Paranhana Encosta da Serra	3,01	67,61	29,38	100,00
Produção	20,51	13,08	66,41	100,00
Serra	7,95	54,06	37,99	100,00
Sul	12,72	31,03	56,25	100,00
Vale do Cai	21,56	41,17	37,27	100,00
Vale do Rio dos Sinos	0,31	54,02	45,67	100,00
Vale do Rio Pardo	18,74	43,83	37,44	100,00
Vale do Taquari	17,24	43,16	39,60	100,00
Porto Alegre	1,16	34,14	64,71	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>10,86</b>	<b>35,79</b>	<b>53,34</b>	<b>100,00</b>

Fonte: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

**TABELA 6**

PIB PER CAPITA NOMINAL NO RIO GRANDE DO SUL, SEGUNDO AS REGIÕES DE PLANEJAMENTO - 1985, 1990 E 1993

REGIÕES	(US\$)		
	1985	1990	1993
Alto Jacuí	3.620,86	3482,45	4.531,00
Campanha	2.346,16	2357,47	3.114,76
Central	2.002,52	2109,61	2.544,27
Centro-Sul	2.046,21	2322,46	3.391,62
Fronteira Noroeste	3.207,69	3210,08	4.206,27
Fronteira Oeste	2.603,14	2527,74	3.450,86
Hortênsias	2.176,45	2706,02	3.002,48
Litoral	1.630,16	1769,25	2.238,54
Médio Alto Uruguai	1.395,76	1412,68	1.941,40
Missões	2.175,20	2449,87	2.998,35
Nordeste	1.871,45	2245,43	2.818,55
Nordeste Colonial	2.788,20	2798,18	3.811,63
Norte	2.484,84	2722,22	2.986,17
Paranhana Encosta da Serra	3.355,87	3392,76	3.660,00
Produção	2.773,93	3255,92	4.367,71
Serra	3.916,58	5224,60	5.524,11
Sul	2.365,47	2826,13	3.235,90
Vale do Cai	2.518,99	3071,57	3.383,24
Vale do Rio dos Sinos	4.852,17	5898,16	6.731,37
Vale do Rio Pardo	2.711,16	3136,01	3.563,63
Vale do Taquari	2.504,11	3150,76	4.445,63
Porto Alegre	3.265,24	4302,59	4.901,82
<b>TOTAL</b>	<b>2.950,28</b>	<b>3551,96</b>	<b>4.227,04</b>

Fonte: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

**TABELA 7**

TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DO PIB "PER CAPITA" A PREÇOS CONSTANTES DO RIO GRANDE DO SUL, SEGUNDO AS REGIÕES DE PLANEJAMENTO E POR PERÍODOS SELECIONADOS

REGIÕES	(% a.a.)		
	1985-90	1990-93	1985-93
Alto Jacuí	-4,09	6,18	-0,36
Campanha	-3,27	6,70	0,35
Central	-2,33	3,52	-0,17
Centro Sul	-0,87	10,20	3,14
Fronteira Noroeste	-3,31	6,33	0,20
Fronteira Oeste	-3,90	7,81	0,33
Hortênsias	0,96	0,55	0,81
Litoral	-1,77	5,21	0,79
Med. Alto Uruguai	-3,10	8,01	0,92
Missões	-1,01	4,00	0,84
Nordeste	0,25	4,83	1,94
Nordeste Colonial	-3,28	7,82	0,74
Norte	-1,57	0,27	-0,88
Paranhana Encosta da Serra	-3,13	-0,43	-2,13
Produção	-0,20	7,28	2,54
Serra	2,38	-1,05	1,08
Sul	0,14	1,71	0,73
Vale do Cai	0,58	0,29	0,47
Vale do Sinos	0,49	1,55	0,89
Vale do Rio Pardo	-0,48	1,35	0,20
Vale do Taquari	1,20	8,94	4,03
Porto Alegre	2,12	1,60	1,93
<b>TOTAL</b>	<b>0,31</b>	<b>3,01</b>	<b>1,31</b>

Fonte: FEE/Núcleo de Contas Regionais

**TABELA 8**

DESVIO PERCENTUAL DO PIB *PER CAPITA* DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO EM RELAÇÃO AO TOTAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1985, 1990, 1993.

REGIÕES	(%)		
	1985	1990	1993
Alto Jacuí	22,46	-2,11	7,19
Campanha	-20,48	-33,69	-26,31
Central	-32,25	-40,69	-39,81
Centro Sul	-30,48	-34,46	-19,76
Fronteira Noroeste	8,72	-9,51	-0,49
Fronteira Oeste	-11,76	-28,77	-18,36
Hortênsias	-26,06	-23,62	-28,97
Litoral	-44,82	-50,29	-47,04
Med. Alto Uruguai	-52,64	-60,15	-54,07
Missões	-26,38	-31,07	-29,07
Nordeste	-36,56	7-36,73	-33,32
Nordeste Colonial	-5,64	-21,35	-9,82
Norte	-15,83	-23,39	-29,36
Paranhana Encosta da Serra	14,13	-4,11	-13,41
Produção	-6,16	-8,52	3,33
Serra	33,13	47,46	30,69
Sul	-19,82	-20,47	-23,44
Vale do Cai	-14,47	-13,27	-19,96
Vale do Sinos	64,68	66,23	59,25
Vale do Rio Pardo	-7,92	-11,46	-15,69
Vale do Taquari	-14,93	-11,07	5,17
Porto Alegre	10,49	20,87	15,97

Fonte: FEE/Núcleo de Contas Regionais

**TABELA 9**

POPULAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SEGUNDO AS REGIÕES DE PLANEJAMENTO, 1985, 1990, 1993

REGIÕES	POPULAÇÃO		
	1985	1990	1993
Alto Jacuí	172 643	184 506	190 636
Campanha	187 688	198 427	207 502
Central	570 146	597 505	605 067
Centro-Sul	195 734	201 218	215 353
Fronteira Noroeste	210 510	207 852	208 559
Fronteira Oeste	467 128	495 925	510 247
Hortênsias	102 399	108 995	111 165
Litoral	191 709	213 730	230 986
Médio Alto Uruguai	180 813	190 289	193 879
Missões	270 204	272 036	271 578
Nordeste	175 564	172 609	173 526
Nordeste Colonial	322 452	319 765	317 870
Norte	198 504	204 604	209 927
Paranhana Encosta da Serra	98 802	127 475	159 508
Produção	461 637	450 066	441 329
Serra	535 234	595 267	642 847
Sul	700 417	755 158	780 321
Vale do Cai	115 814	125 274	136 355
Vale do Rio dos Sinos	850 636	998 639	1 077 024
Vale do Rio Pardo	352 967	380 836	388 656
Vale do Taquari	270 278	285 015	297 891
Porto Alegre	1 748 434	1 932 217	2 014 128
<b>TOTAL</b>	<b>8 379 713</b>	<b>9 017 408</b>	<b>9 384 354</b>

Fonte: FEE/Núcleo de Sistematização de Indicadores.

**TABELA 10**

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, SEGUNDO AS REGIÕES DE PLANEJAMENTO - 1985, 1990 E 1993.

REGIÕES	1985	1990	1993
Alto Jacuí	2,06	2,05	2,03
Campanha	2,24	2,20	2,21
Central	6,80	6,63	6,45
Centro-Sul	2,34	2,23	2,29
Fronteira Noroeste	2,51	2,31	2,22
Fronteira Oeste	5,57	5,50	5,44
Hortênsias	1,22	1,21	1,18
Litoral	2,29	2,37	2,46
Médio Alto Uruguai	2,16	2,11	2,07
Missões	3,22	3,02	2,89
Nordeste	2,10	1,91	1,85
Nordeste Colonial	3,85	3,55	3,39
Norte	2,37	2,27	2,24
Paranhana Encosta da Serra	1,18	1,41	1,70
Produção	5,51	4,99	4,70
Serra	6,39	6,60	6,85
Sul	8,36	8,37	8,32
Vale do Caí	1,38	1,39	1,45
Vale do Rio dos Sinos	10,15	11,07	11,48
Vale do Rio Pardo	4,21	4,22	4,14
Vale do Taquari	3,23	3,16	3,17
Porto Alegre	20,87	21,43	21,46
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: FEE/Núcleo de Sistematização de Indicadores.

**TABELA 11**

TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL E DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO, POR PERÍODOS SELECIONADOS.

REGIÕES	1985-90	1990-93	1985-93 (% a.a.)
Alto Jacuí	1,34	1,10	1,25
Campanha	1,12	1,50	1,26
Central	0,94	0,42	0,75
Centro-Sul	0,55	2,29	1,20
Fronteira Noroeste	-0,25	0,11	-0,12
Fronteira Oeste	1,20	0,95	1,11
Hortênsias	1,26	0,66	1,03
Litoral	2,20	2,62	2,36
Médio Alto Uruguai	1,03	0,62	0,88
Missões	0,14	-0,06	0,06
Nordeste	-0,34	0,18	-0,15
Nordeste Colonial	-0,17	-0,20	-0,18
Norte	0,61	0,86	0,70
Paranhana Encosta da Serra	5,23	7,76	6,17
Produção	-0,51	-0,65	-0,56
Serra	2,15	2,60	2,32
Sul	1,52	1,10	1,36
Vale do Caí	1,58	2,87	2,06
Vale do Rio dos Sinos	3,26	2,55	2,99
Vale do Rio Pardo	1,53	0,68	1,21
Vale do Taquari	1,07	1,48	1,22
Porto Alegre	2,02	1,39	1,78
<b>TOTAL</b>	<b>1,48</b>	<b>1,34</b>	<b>1,43</b>

Fonte: FEE/Núcleo de Sistematização de Indicadores.

**TABELA 12**GRAU DE URBANIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL,  
POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO, 1985, 1990, 1993.

REGIÕES	1985	1990	1993
Alto Jacuí	66,05	68,43	70,85
Campanha	70,26	74,04	76,22
Central	67,41	71,92	74,44
Centro-Sul	60,85	64,75	68,31
Fronteira Noroeste	45,89	51,63	54,68
Fronteira Oeste	82,73	85,78	87,37
Hortênsias	60,72	66,13	70,01
Litoral	61,32	67,14	69,97
Médio Alto Uruguai	27,32	30,20	33,86
Missões	51,06	56,24	59,48
Nordeste	50,93	55,44	58,14
Nordeste Colonial	49,45	54,21	57,35
Norte	47,70	52,99	56,16
Paranhana Encosta da Serra	78,02	82,18	82,66
Produção	58,52	66,38	70,07
Serra	73,66	76,99	78,82
Sul	72,66	77,06	79,26
Vale do Cai	52,54	57,08	60,76
Vale do Rio dos Sinos	95,15	95,81	96,36
Vale do Rio Pardo	44,98	48,78	51,43
Vale do Taquari	45,87	52,96	56,62
Porto Alegre	96,05	96,43	96,75
<b>TOTAL</b>	<b>71,91</b>	<b>75,87</b>	<b>78,13</b>

Fonte: FEE/Núcleo de Sistematização de Indicadores

**TABELA 13**PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO NO TOTAL  
DE EMPREGADOS NO RIO GRANDE DO SUL, 1985, 1990, 1993.

REGIÕES	1985	1990	1993
Alto Jacuí	1,03	1,21	1,25
Campanha	1,12	1,30	1,09
Central	2,60	3,03	3,08
Centro Sul	0,97	1,20	1,21
Fronteira Noroeste	1,32	1,47	1,71
Fronteira Oeste	2,68	3,07	2,96
Hortênsias	1,53	1,73	1,86
Litoral	1,01	1,62	1,61
Médio Alto Uruguai	0,32	0,53	0,57
Missões	1,18	1,41	1,46
Nordeste	0,79	1,01	1,12
Nordeste Colonial	1,70	2,11	2,00
Norte	1,15	1,60	1,80
Paranhana Encosta da Serra	2,87	3,06	4,59
Produção	2,91	3,50	4,01
Serra	11,28	12,23	12,78
Sul	5,81	5,68	5,66
Vale do Cai	1,67	1,64	2,26
Vale do Rio dos Sinos	20,20	18,40	21,08
Vale do Rio Pardo	2,59	3,22	3,42
Vale do Taquari	3,19	3,73	4,71
Porto Alegre	32,09	27,28	19,77
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul



**TABELA 14**

TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DO EMPREGO NO RIO GRANDE DO SUL,  
POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO, E POR PERÍODOS SELECIONADOS.

(% a.a.)

REGIÕES	1985-90	1990-93	1985-93
Alto Jacuí	5,46	-1,24	2,90
Campanha	5,30	-8,02	0,09
Central	5,45	-2,08	2,56
Centro Sul	6,63	-2,12	3,26
Fronteira Noroeste	4,45	2,52	3,72
Fronteira Oeste	5,05	-3,66	1,69
Hortênsias	4,71	-0,18	2,85
Litoral	12,29	-2,56	6,47
Médio Alto Uruguai	12,60	0,42	7,87
Missões	5,89	-1,15	3,19
Nordeste	7,29	0,79	4,81
Nordeste Colonial	6,73	-4,21	2,49
Norte	9,23	1,45	6,24
Paranhana Encosta da Serra	3,56	11,59	6,50
Produção	6,08	1,99	4,53
Serra	3,89	-1,08	2,00
Sul	1,76	-2,65	0,08
Vale do Caí	1,81	8,53	4,28
Vale do Rio dos Sinos	0,33	2,02	0,96
Vale do Rio Pardo	6,77	-0,46	4,00
Vale do Taquari	5,50	5,36	5,45
Porto Alegre	-1,05	-12,43	-5,48
<b>TOTAL</b>	<b>2,22</b>	<b>-2,51</b>	<b>0,42</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

**TABELA 15**

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DAS REGIÕES  
DE PLANEJAMENTO NO TOTAL DO RIO GRANDE DO SUL -1985, 1990,1993.

(%)

REGIÕES	1985	1990	1993
Alto Jacuí	2,14	2,21	2,22
Campanha	2,19	2,06	1,96
Central	6,48	6,21	6,04
Centro Sul	2,35	2,22	2,19
Fronteira Noroeste	2,25	2,25	2,21
Fronteira Oeste	5,39	5,46	5,29
Hortênsias	1,78	1,85	1,85
Litoral	3,19	3,39	3,53
Médio Alto Uruguai	1,68	1,57	1,53
Missões	2,77	2,98	2,82
Nordeste	1,87	1,82	1,68
Nordeste Colonial	3,52	3,35	3,17
Norte	2,38	2,42	2,32
Paranhana Encosta da Serra	1,73	2,08	2,31
Produção	5,36	5,34	5,14
Serra	8,86	9,53	9,54
Sul	7,61	7,50	7,54
Vale do Caí	1,63	1,71	1,75
Vale do Rio dos Sinos	11,66	12,37	12,01
Vale do Rio Pardo	3,98	3,93	3,85
Vale do Taquari	3,56	3,68	3,86
Porto Alegre	17,62	16,07	17,18
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

**TABELA 16**

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO ICMS ARRECADADO NAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO NO TOTAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1985, 1990, 1993

REGIÕES	1985	1990	1993
Alto Jacuí	1,15	0,84	0,78
Campanha	1,46	1,02	0,93
Central	3,59	2,82	2,54
Centro Sul	1,57	0,42	0,90
Fronteira Noroeste	1,00	0,72	0,66
Fronteira Oeste	4,37	3,25	3,71
Hortênsias	0,68	0,63	0,48
Litoral	0,73	0,44	0,48
Médio Alto Uruguai	0,46	0,35	0,40
Missões	1,33	0,79	0,75
Nordeste	0,73	0,54	0,46
Nordeste Colonial	1,46	1,60	1,39
Norte	1,51	1,16	0,97
Paranhana Encosta da Serra	0,88	1,31	1,06
Produção	3,51	3,10	2,77
Serra	8,85	9,96	8,57
Sul	7,16	6,98	5,78
Vale do Cai	1,43	1,60	1,79
Vale do Rio dos Sinos	14,56	19,28	22,07
Vale do Rio Pardo	4,18	3,60	3,80
Vale do Taquari	3,35	2,75	2,30
Porto Alegre	36,06	36,85	37,44
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

**TABELA 17**

ESTRUTURA PERCENTUAL DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DA LAVOURA, DO LEITE E DOS DEMAIS DERIVADOS DA PECUÁRIA E DO EFETIVO BOVINO NO RIO GRANDE DO SUL, POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO - 1993

REGIÕES	VBP LAVOURA	EFETIVO BOVINO	LEITE	DERIVADOS OUTROS (1)	TOTAL
Alto Jacuí	5,20	2,04	4,90	1,03	3,37
Campanha	2,88	11,87	2,44	9,31	5,15
Central	7,05	15,06	5,90	3,10	4,79
Centro-Sul	3,14	2,30	1,21	1,29	1,24
F.Noroeste	3,78	1,45	5,03	1,41	3,60
F.Oeste	12,00	21,72	2,38	10,60	5,63
Hortênsias	0,73	2,43	3,26	2,17	2,83
Litoral	3,59	2,12	2,17	0,26	1,42
M.A.Uruguai	3,27	1,72	7,88	1,03	5,17
Missões	6,31	5,62	3,81	1,12	2,75
Nordeste	3,44	3,64	15,21	3,92	10,74
N.Colonial	7,19	2,65	6,32	0,80	4,13
Norte	2,67	1,81	2,53	0,86	1,87
P.E.da Serra	0,28	0,42	0,98	2,67	1,65
Produção	11,63	2,51	7,29	1,43	4,97
Serra	3,91	1,95	6,70	12,67	9,06
Sul	10,96	12,11	4,59	5,02	4,76
Vale do Cai	1,80	0,54	2,60	4,72	3,44
V. Rio dos Sinos	0,29	0,25	0,70	1,38	0,97
V. Rio Pardo	6,22	4,28	2,24	1,36	1,89
Vale do Taquari	2,02	2,02	6,99	4,78	6,12
Porto Alegre	1,65	1,52	4,87	29,08	14,45
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte dos dados brutos: IBGE. Produção Agrícola Municipal. Produção Pecuária Municipal

(1) lã, ovos de galinha, ovos de codorna, mel e casulo de bicho de seda

**TABELA 18**

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE EMPREGADOS NA INDÚSTRIA DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO NO TOTAL DO RIO GRANDE DO SUL - 1985, 1990, 1993.

REGIÕES	1985	1990	1993
Alto Jacuí	0,37	0,50	0,56
Campanha	0,77	0,92	0,56
Central	1,47	1,64	1,55
Centro Sul	1,00	1,18	0,99
Fronteira Noroeste	0,87	1,19	1,48
Fronteira Oeste	1,54	1,76	1,35
Hortênsias	2,09	2,41	2,24
Litoral	0,72	1,14	1,22
Médio Alto Uruguai	0,13	0,26	0,28
Missões	0,50	0,70	0,75
Nordeste	0,70	0,69	0,75
Nordeste Colonial	0,98	1,45	1,25
Norte	1,03	1,43	1,46
Paranhana Encosta da Serra	4,43	5,01	6,93
Produção	1,82	2,24	2,76
Serra	14,95	17,95	16,81
Sul	5,49	4,93	4,49
Vale do Caí	2,38	2,20	2,79
Vale do Rio dos Sinos	29,30	26,51	27,94
Vale do Rio Pardo	2,88	3,81	3,65
Vale do Taquari	4,19	5,09	5,88
Porto Alegre	22,38	17,00	14,32
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

**TABELA 19**

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO NO TOTAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1985, 1990, 1993.

REGIÕES	1985	1990	1993
Alto Jacuí	1,60	1,49	1,55
Campanha	0,93	0,82	0,84
Central	4,67	4,37	4,44
Centro Sul	1,63	1,57	1,53
Fronteira Noroeste	2,15	1,98	1,93
Fronteira Oeste	2,28	2,01	1,91
Hortênsias	2,69	3,12	3,07
Litoral	2,34	2,55	2,50
Médio Alto Uruguai	1,34	1,20	1,23
Missões	2,15	2,14	1,94
Nordeste	1,76	1,46	1,46
Nordeste Colonial	3,22	2,74	2,60
Norte	2,68	2,43	2,62
Paranhana Encosta da Serra	4,03	4,12	4,59
Produção	4,36	4,46	4,43
Serra	16,25	17,60	17,67
Sul	3,91	3,73	3,57
Vale do Caí	2,18	2,05	2,05
Vale do Rio dos Sinos	17,93	17,95	17,35
Vale do Rio Pardo	3,68	3,63	3,53
Vale do Taquari	4,50	4,54	4,84
Porto Alegre	13,70	14,03	14,34
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

**TABELA 20**

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO ICMS ARRECADADO NA INDÚSTRIA DAS REGIÕES PLANEJAMENTO NO TOTAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1985, 1990, 1993

REGIÕES	1985	1990	1993
Alto Jacuí	0,18	0,30	0,31
Campanha	1,48	0,64	0,58
Central	2,76	1,49	1,46
Centro Sul	2,23	0,38	1,16
Fronteira Noroeste	0,43	0,50	0,45
Fronteira Oeste	4,82	3,26	3,86
Hortênsias	0,85	0,72	0,55
Litoral	0,74	0,34	0,38
Médio Alto Uruguai	0,18	0,17	0,23
Missões	0,53	0,41	0,53
Nordeste	0,52	0,26	0,21
Nordeste Colonial	0,35	0,80	0,80
Norte	1,02	0,87	0,75
Paranhana Encosta da Serra	1,09	1,73	1,42
Produção	2,67	1,75	1,96
Serra	11,28	11,45	10,24
Sul	8,04	7,27	4,45
Vale do Caí	2,02	2,13	2,56
Vale do Rio dos Sinos	19,34	23,21	27,18
Vale do Rio Pardo	5,31	4,47	5,17
Vale do Taquari	4,74	3,15	2,78
Porto Alegre	29,41	34,71	32,95
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

**TABELA 21**

NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS NA INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL, POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO - 1985, 1990 E 1993

REGIÕES	1985	1990	1993
Alto Jacuí	6,00	5,43	5,80
Campanha	21,53	18,31	10,68
Central	8,16	6,11	5,63
Centro Sul	15,93	12,18	10,38
Fronteira Noroeste	10,57	9,77	12,38
Fronteira Oeste	17,49	14,22	11,36
Hortênsias	20,11	12,55	11,70
Litoral	8,03	7,27	7,81
Médio Alto Uruguai	2,55	3,45	3,63
Missões	6,02	5,30	6,23
Nordeste	10,26	7,67	8,28
Nordeste Colonial	7,88	8,64	7,72
Norte	10,02	9,55	8,97
Paranhana Encosta da Serra	28,50	19,75	24,31
Produção	10,84	8,17	10,01
Serra	23,89	16,58	15,30
Sul	36,52	21,54	20,21
Vale do Caí	28,38	17,46	21,82
Vale do Rio dos Sinos	42,44	24,02	25,90
Vale do Rio Pardo	20,34	17,05	16,60
Vale do Taquari	24,19	18,25	19,57
Porto Alegre	42,44	19,71	16,06
<b>TOTAL</b>	<b>25,97</b>	<b>16,26</b>	<b>16,08</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

**TABELA 22**

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE EMPREGADOS NO COMÉRCIO ATACADISTA DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO NO TOTAL DO RIO GRANDE DO SUL - 1985, 1990, 1993.

REGIÕES	1985	1990	1993
Alto Jacuí	4,18	4,46	3,82
Campanha	1,28	1,29	1,21
Central	3,80	3,67	3,92
Centro Sul	1,01	0,93	0,86
Fronteira Noroeste	3,23	2,95	2,58
Fronteira Oeste	4,17	3,22	3,03
Hortênsias	0,13	0,21	0,29
Litoral	0,77	0,82	0,80
Médio Alto Uruguai	0,95	0,95	0,98
Missões	4,04	2,83	2,45
Nordeste	1,58	3,30	4,43
Nordeste Colonial	4,88	4,09	3,54
Norte	1,82	2,25	2,27
Paranhana Encosta da Serra	0,50	0,70	0,82
Produção	6,13	5,99	5,62
Serra	5,48	5,07	4,85
Sul	5,85	5,96	5,88
Vale do Cai	0,68	1,80	3,34
Vale do Rio dos Sinos	11,15	13,50	14,86
Vale do Rio Pardo	2,47	2,05	2,07
Vale do Taquari	1,45	2,07	2,26
Porto Alegre	34,45	31,90	30,14
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

**TABELA 23**

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DO COMÉRCIO ATACADISTA DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO NO TOTAL DO RIO GRANDE DO SUL - 1985, 1990, 1993.

REGIÕES	1985	1990	1993
Alto Jacuí	2,06	2,16	1,85
Campanha	1,48	1,50	1,28
Central	5,46	5,43	5,37
Centro Sul	1,19	1,04	0,91
Fronteira Noroeste	2,37	1,97	2,13
Fronteira Oeste	4,40	4,33	4,65
Hortênsias	0,72	0,51	0,59
Litoral	1,62	1,56	1,70
Médio Alto Uruguai	2,12	1,84	1,80
Missões	3,41	2,83	2,53
Nordeste	1,68	1,81	1,60
Nordeste Colonial	2,89	2,55	2,36
Norte	1,92	2,19	1,97
Paranhana Encosta da Serra	0,83	1,27	1,36
Produção	6,11	5,54	5,11
Serra	9,12	9,21	8,88
Sul	6,50	6,99	7,22
Vale do Cai	2,21	2,46	2,34
Vale do Rio dos Sinos	12,37	16,37	16,09
Vale do Rio Pardo	3,26	2,80	2,50
Vale do Taquari	3,40	3,25	3,73
Porto Alegre	24,88	22,39	24,02
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

**TABELA 24**

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO ICMS ARRECADADO NO COMÉRCIO ATACADISTA DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO NO TOTAL DO RIO GRANDE DO SUL - 1985, 1990, 1993.

(%)

REGIÕES	1985	1990	1993
Alto Jacuí	3,36	2,69	1,71
Campanha	0,62	2,09	1,50
Central	2,81	5,68	3,51
Centro Sul	0,26	0,17	0,15
Fronteira Noroeste	1,28	0,67	0,70
Fronteira Oeste	1,83	2,04	2,20
Hortênsias	0,02	0,08	0,06
Litoral	0,15	0,26	0,18
Médio Alto Uruguai	1,14	0,97	0,76
Missões	2,67	1,11	0,78
Nordeste	0,97	1,19	0,85
Nordeste Colonial	3,42	4,25	2,42
Norte	2,20	1,59	0,94
Paranhana Encosta da Serra	0,23	0,15	0,06
Produção	4,52	6,74	4,07
Serra	2,66	3,74	2,87
Sul	5,25	6,57	9,41
Vale do Caí	0,09	0,15	0,12
Vale do Rio dos Sinos	8,03	14,69	14,64
Vale do Rio Pardo	2,71	1,13	0,67
Vale do Taquari	0,47	0,89	0,48
Porto Alegre	55,30	43,18	51,93
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

**TABELA 25**

NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS NO COMÉRCIO ATACADISTA DO RIO GRANDE DO SUL, POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO - 1985, 1990 E 1993

REGIÕES	1985	1990	1993
Alto Jacuí	17,25	14,20	12,60
Campanha	7,34	5,90	5,78
Central	5,91	4,63	4,45
Centro Sul	7,16	6,10	5,75
Fronteira Noroeste	11,58	10,25	7,39
Fronteira Oeste	8,05	5,09	3,97
Hortênsias	1,56	2,88	3,00
Litoral	4,05	3,59	2,88
Médio Alto Uruguai	3,80	3,54	3,31
Missões	10,06	6,86	5,89
Nordeste	7,96	12,52	16,82
Nordeste Colonial	14,32	10,97	9,14
Norte	8,05	7,05	7,00
Paranhana Encosta da Serra	5,13	3,81	3,66
Produção	8,52	7,42	6,70
Serra	5,10	3,77	3,33
Sul	7,64	5,84	4,96
Vale do Caí	2,63	5,02	8,68
Vale do Rio dos Sinos	7,65	5,66	5,63
Vale do Rio Pardo	6,42	5,01	5,05
Vale do Taquari	3,62	4,36	3,69
Porto Alegre	11,76	9,77	7,65
<b>TOTAL</b>	<b>8,49</b>	<b>6,88</b>	<b>6,09</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

**TABELA 26**

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO VAREJISTA DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO NO TOTAL DO RIO GRANDE DO SUL - 1985, 1990, 1993.

REGIÕES	1985	1990	1993
Alto Jacuí	1,58	1,58	1,89
Campanha	1,66	1,76	1,95
Central	4,28	4,69	5,46
Centro Sul	0,90	1,26	1,66
Fronteira Noroeste	1,72	1,58	1,89
Fronteira Oeste	4,31	4,69	5,65
Hortênsias	0,86	1,12	1,55
Litoral	1,53	2,34	2,45
Médio Alto Uruguai	0,53	0,80	0,99
Missões	1,80	2,07	2,46
Nordeste	0,82	1,05	1,05
Nordeste Colonial	2,35	2,63	2,95
Norte	1,21	1,71	2,27
Paranhana Encosta da Serra	0,68	0,97	1,42
Produção	4,15	4,69	5,78
Serra	6,18	6,15	7,64
Sul	6,34	6,58	7,58
Vale do Cai	0,66	0,90	1,16
Vale do Rio dos Sinos	6,60	8,95	10,85
Vale do Rio Pardo	2,12	2,65	3,33
Vale do Taquari	1,81	2,27	3,24
Porto Alegre	47,90	39,52	26,80
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

**TABELA 27**

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DO COMÉRCIO VAREJISTA DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO NO TOTAL DO RIO GRANDE DO SUL - 1985, 1990, 1993.

REGIÕES	1985	1990	1993
Alto Jacuí	2,28	2,42	2,42
Campanha	2,57	2,45	2,31
Central	7,02	6,79	6,52
Centro Sul	2,63	2,49	2,47
Fronteira Noroeste	2,27	2,35	2,30
Fronteira Oeste	6,25	6,52	6,22
Hortênsias	1,64	1,61	1,64
Litoral	3,53	3,77	3,95
Médio Alto Uruguai	1,73	1,65	1,59
Missões	2,87	3,23	3,07
Nordeste	1,92	1,92	1,75
Nordeste Colonial	3,64	3,59	3,38
Norte	2,34	2,44	2,28
Paranhana Encosta da Serra	1,23	1,58	1,80
Produção	5,54	5,57	5,32
Serra	6,98	7,30	7,48
Sul	8,63	8,59	8,60
Vale do Cai	1,44	1,55	1,63
Vale do Rio dos Sinos	10,03	10,48	10,28
Vale do Rio Pardo	4,12	4,11	4,05
Vale do Taquari	3,33	3,47	3,62
Porto Alegre	18,02	16,11	17,34
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

**TABELA 28**

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO ICMS ARRECADADO NO COMÉRCIO VAREJISTA DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO NO TOTAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1985, 1990, 1993.

REGIÕES	1985	1990	1993
Alto Jacuí	1,72	1,22	1,45
Campanha	2,07	1,47	1,70
Central	6,17	5,14	6,17
Centro Sul	1,02	0,77	0,93
Fronteira Noroeste	2,11	1,53	1,61
Fronteira Oeste	5,31	4,23	5,60
Hortênsias	0,78	0,78	0,89
Litoral	1,13	0,99	1,46
Médio Alto Uruguai	0,57	0,47	0,58
Missões	2,16	1,87	1,75
Nordeste	1,02	0,97	0,98
Nordeste Colonial	2,54	2,22	2,52
Norte	2,12	1,79	2,08
Paranhana Encosta da Serra	0,87	0,81	1,01
Produção	4,71	4,81	4,57
Serra	7,93	9,92	10,11
Sul	6,59	6,29	6,03
Vale do Caí	1,08	0,92	0,84
Vale do Rio dos Sinos	8,34	9,19	9,67
Vale do Rio Pardo	2,64	2,63	2,44
Vale do Taquari	2,34	2,91	3,03
Porto Alegre	36,77	39,07	34,58
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

**TABELA 29**

NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS NO COMÉRCIO VAREJISTA DO RIO GRANDE DO SUL, POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO - 1985, 1990 E 1993.

REGIÕES	1985	1990	1993
Alto Jacuí	2,70	2,35	1,94
Campanha	2,53	2,59	2,10
Central	2,38	2,49	2,08
Centro Sul	1,35	1,82	1,67
Fronteira Noroeste	2,96	2,42	2,05
Fronteira Oeste	2,70	2,59	2,26
Hortênsias	2,06	2,50	2,35
Litoral	1,70	2,24	1,54
Médio Alto Uruguai	1,21	1,74	1,54
Missões	2,46	2,31	1,99
Nordeste	1,67	1,97	1,49
Nordeste Colonial	2,52	2,64	2,17
Norte	2,03	2,52	2,49
Paranhana Encosta da Serra	2,16	2,22	1,96
Produção	2,93	3,03	2,70
Serra	3,46	3,04	2,54
Sul	2,88	2,76	2,19
Vale do Caí	1,79	2,10	1,77
Vale do Rio dos Sinos	2,58	3,08	2,62
Vale do Rio Pardo	2,01	2,33	2,04
Vale do Taquari	2,12	2,36	2,22
Porto Alegre	5,00	4,51	3,84
<b>TOTAL</b>	<b>2,94</b>	<b>2,91</b>	<b>2,49</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.



# BALANÇA COMERCIAL

Consultor:

**Paulo de Tarso Pinheiro Machado**



# APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o panorama do comércio externo do Estado do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1989 e 1996, de forma a contribuir para a avaliação e o estabelecimento de um cenário prospectivo a uma estratégia de desenvolvimento para o Estado, denominada Projeto RS-2010, sob a responsabilidade da Secretaria de Coordenação e Planejamento. Pretende esta análise avaliar a evolução das balanças comerciais brasileira e gaúcha, de modo a subsidiar a compreensão do contexto comercial externo da economia rio-grandense, bem como destacar os principais aspectos que se relacionam com o comportamento desse segmento.

O ponto de partida deste trabalho é uma breve avaliação do desempenho da Balança Comercial do Brasil e os principais aspectos que influenciaram o seu comportamento, como o processo de abertura da economia brasileira, no início da década de 90, e, posteriormente, com o processo de estabilização econômica, encetado a partir de 1994 pelo Plano Real.

Para a realização deste trabalho, foram utilizadas as informações sobre exportação e importação, para o período de 1989 a 1996, disponibilizadas à Fundação de Economia e Estatística, através do Sistema ALICE, bem como em meio magnético, pela Secretaria de Comércio Exterior -SECEX - do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo - MICT.

## 1. A BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

A abertura comercial verificada na economia brasileira influenciou de forma negativa o comportamento da balança comercial brasileira, refletindo-se no declínio expressivo dos saldos comerciais, a partir do ano de 1993, resultando em um déficit acumulado nos últimos dois anos (1995 e 1996) de 8,8 bilhões de dólares (Tabela 1).

O processo de liberalização comercial brasileiro, iniciado na década de 90, no Governo Collor, fortemente influenciado pelo movimento da globalização e, concomitantemente, pela boa receptividade obtida junto à sociedade, cuja demanda reprimida era elevada, foi instalado diante do pressuposto de que o mesmo seria acompanhado de um conjunto de instrumentos tais como a reforma fiscal, a retomada do desenvolvimento industrial, via o estabelecimento de uma política industrial, e o controle da inflação. Entretanto, apenas este último foi, de fato, implementado.

### 1.1 EXPORTAÇÕES

Após várias décadas de estagnação, as exportações brasileiras tiveram um desempenho muito bom entre o final dos anos 60 e meados dos anos 80. As exportações brasileiras cresceram de US\$ 1.654 bilhões, em 1967, para US\$ 27.005 bilhões, em 1984, ou seja, nesse ano a participação brasileira no total das exportações mundiais representou a participação recorde de 1,4%, sendo que, em 1970, era inferior a 0,9%. Cabe considerar que, até 1970, a

pauta brasileira se concentrava em produtos primários tradicionais, como era o caso do café, do cacau e da carne.

O crescimento e a diversificação das exportações brasileiras, nos anos 70 e início dos anos 80, resultaram dos esforços de investimentos que permitiram avançar o processo de industrialização. As políticas específicas de incentivo às exportações na década de 70, bem como as políticas de ajuste, nos anos 80, via contenção da demanda doméstica, também contribuíram decisivamente para a expansão das exportações.

Todavia, o final da década 80 e o início dos anos 90 marcaram para as exportações brasileiras um quadro desfavorável devido, entre outros aspectos, à dramática queda da taxa de investimento no Brasil, nos anos 80, bem como à instabilidade da política econômica que, em determinados momentos, superaqueceu a demanda doméstica (Plano Cruzado) e, em outros, permitiu a sobrevalorização cambial, refletindo em queda na participação das exportações brasileiras no comércio mundial.

Também contribuíram para essa redução o lento crescimento dos mercados onde o Brasil possui maior participação, a eliminação de vários incentivos às exportações, o alto custo dos bens de capital e do capital financeiro, a carga tributária interna sobre produtos exportáveis, os elevados custos portuários e, possivelmente, as barreiras tarifárias e não tarifárias enfrentadas por alguns produtos brasileiros nos principais mercados internacionais.

Os dados da Tabela 1 evidenciam que, embora a taxa de crescimento das exportações tenham se recuperado, a partir de 1992, em relação à má performance dos anos 90/91, a mesma voltou a declinar no final do período. É importante destacar que, basicamente, o baixo crescimento das exportações, no período 1989/96, deveu-se, por um lado, ao processo de globalização da economia, o qual promoveu o aumento e o acirramento da concorrência internacional, submetendo estruturalmente o complexo exportador brasileiro e, por outro lado, ao processo de estabilização monetária, com o Plano Real, que, ao permitir a apreciação cambial, desestimulou fortemente as exportações brasileiras.

**TABELA 1**  
BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA 1989 - 1996

ANOS	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		CORRENTE DE COMÉRCIO		SALDO
	(A)	Var.%	(B)	Var.%	(A+B)	(A-B)	
1989	34.383		18.263		52.646	16.120	
1990	31.414	-8,64	20.661	13,13	52.075	10.753	
1991	31.620	0,66	21.041	1,84	52.661	10.579	
1992	35.793	13,20	20.554	-2,31	56.347	15.239	
1993	38.555	7,72	25.256	22,88	63.811	13.299	
1994	43.545	12,94	33.079	30,97	76.624	10.466	
1995	46.506	6,80	49.858	50,72	96.364	-3.352	
1996	47.747	2,67	53.286	6,88	101.033	-5.539	
Var. Perc.Período (%)		38,87		191,77		91,91	
Taxa Média Cresc. Anual (%)		4,19		14,32		8,49	

Fonte: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice/FEE

Mesmo diante da tendência de declínio do crescimento, nos últimos dois anos, as exportações lograram um incremento de 39% no período, contribuindo para o aumento da corrente de comércio (exportações + importações), sendo a taxa média anual de crescimento, no período, da ordem de 4,19%.

Ainda com referência às exportações, é importante observar o comportamento das mesmas por fator agregado. A Tabela 2 evidencia que, a partir de 1994, os produtos manufaturados vêm perdendo participação na pauta das vendas externas, em detrimento do incremento dos básicos e semimanufaturados, conseqüentemente, ampliando a parcela das exportações de baixo valor agregado.

**TABELA 2**  
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR FATOR AGREGADO

ANO	US\$ Milhões FOB								
	BÁSICOS	Part.%	SEMIMAN.	Part.%	MANUF.	Part.%	OP.ESP.	Part.%	TOTAL
1989	9.549	27,77	5.807	16,89	18.634	54,20	393	1,14	34.383
1990	8.746	27,84	5.108	16,26	17.011	54,15	549	1,75	31.414
1991	8.737	27,63	4.691	14,84	17.757	56,16	435	1,38	31.620
1992	8.830	24,67	5.750	16,06	20.754	57,98	459	1,28	35.793
1993	9.366	24,29	5.445	14,12	23.437	60,79	307	0,80	38.555
1994	11.058	25,39	6.893	15,83	24.959	57,32	635	1,46	43.545
1995	10.969	23,59	9.146	19,57	25.565	54,97	826	1,78	46.506
1996	12.184	25,52	8.353	17,49	26.390	55,27	820	1,72	47.747

Fonte: MICT/SECEX/DTIC/Sistema ALICE/FEE

## 1.2 IMPORTAÇÕES

As importações brasileiras sofreram, no período 1989/1996, extraordinário crescimento de 192%, apresentando uma taxa média de crescimento anual de 14,32%. Esse comportamento é resultante da conjugação de dois fatores, primeiro, do processo de abertura comercial, e, segundo, da valorização da taxa de câmbio, contribuindo para que a corrente de comércio tivesse alcançado a cifra recorde dos 101 bilhões de dólares (Tabela 1).

Os determinantes da atual situação da balança comercial, referente ao crescimento das importações, tiveram como elementos principais o desmonte dos mecanismos de proteção tarifária e não-tarifária, iniciado no governo Collor, o qual foi aprofundado em 1994, através da valorização cambial e do estabelecimento de uma infra-estrutura de importações através de redes de crédito, fornecimento e distribuição, juntando-se a isso os movimentos de antecipação de importações, em várias oportunidades, diante da desconfiança em relação ao aumento de tarifas e ao estabelecimento de cotas.

Tais fatores afetaram o "mix" entre produtos importados e domésticos, na composição da oferta interna, em função de alterações no preço relativo entre importados e domésticos, bem como a facilidade de acesso aos importados.

O reflexo desse processo fez com que o acesso a máquinas e equipamentos modernos e insumos de menor preço e de melhor qualidade, além de maiores facilidades creditícias tenha levado o setor empresarial a aumentar suas compras externas, verificando-se a mesma dinâmica na demanda dos consumidores por produtos importados. A maior convivência dos consumidores e empresas brasileiras com os produtos importados provocou uma alteração em suas preferências.

É importante destacar que a opção de estabilização empreendida pelo Governo, lastreada na manutenção da taxa de câmbio significativamente defasada, tem um custo elevado e de difícil reversão, qual seja, o aumento estrutural do patamar das importações à medida que o sistema industrial passa a funcionar com crescente substituição de insumos, partes e componentes, antes produzidos internamente por similares importados - irresistivelmente barateados pela defasagem cambial.

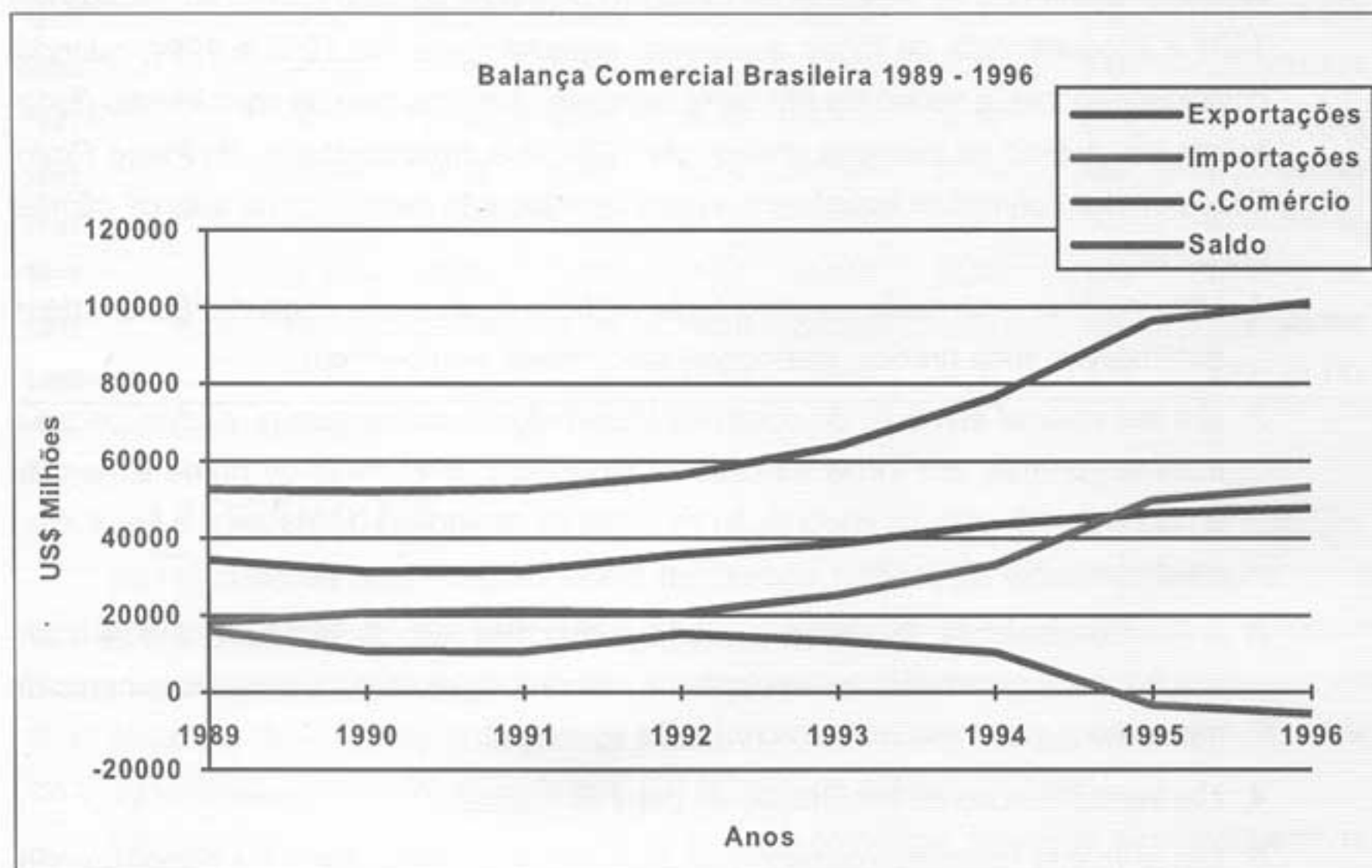
*“Esse processo tornou-se particularmente intenso no contexto da sinalização pró-abertura às importações instituído pela liberalização comercial iniciada em 1991 e implementada de forma acelerada, especialmente em 1993 e 1994, quando, coincidentemente, a economia brasileira ingressou em uma fase de crescimento (fortemente estimulado na segunda metade de 1994 pela implementação do Plano Real). Essa peculiar conjuntura econômica e essa configuração específica da taxa de câmbio induziram:*

- 1. Uma violenta aceleração da importação de bens duráveis de consumo (pela ordem, automóveis, linha branca, eletrodomésticos leves, áudio-vídeo).*
- 2. Um substancial aumento do conteúdo importado de componentes, partes, peças e matérias-primas, em todas as cadeias industriais, traduzindo-se numa expansão ampla e significativa da importação de todas as categorias de insumos e bens intermediários.*
- 3. A fixação de canais de comercialização; a concretização de investimentos de distribuição, armazenamento, prospecção de mercado e, portanto, o estabelecimento de nexos firmes de importação de produtos estrangeiros.*
- 4. Um surto vigoroso de importação de bens de capital.*
- 5. Um aumento também expressivo da importação de bens finais de consumo não-duráveis.*

*A conjugação de todos esses efeitos provocou um deslocamento para cima da função-importação, ocasionando uma mudança estrutural, expressa pela elevação no coeficiente de importações da economia brasileira, o qual elevou-se de cerca de 4,5% (taxa média no período 1988-1990) para aproximadamente 10% em meados de 1995. A participação das importações na composição da oferta aumentou de forma generalizada e, em muitos casos, avançou substituindo a produção doméstica” (Luciano Coutinho, 1996, p.234).*

Visando conter o crescimento das importações, o Governo estabeleceu, recentemente, uma série de medidas restritivas, como é o caso da Medida Provisória 1.569, a qual exige praticamente o pagamento à vista das importações cujos prazos de financiamento sejam inferiores a 360 dias. Mesmo assim, essa restrição de financiamento das importações de curto prazo vem causando um impacto muito menor do que o esperado, tendo em vista que as aquisições de bens de capital, máquinas e implementos agrícolas, autopeças e automóveis geralmente têm prazo de financiamento superior a 360 dias e continuam aumentando sua participação na pauta de importações. Também é importante ressaltar que esse comportamento se deve às diferenças no nível de competitividade, bem como às alterações na relação preço-câmbio-salário.

## GRÁFICO I



Fonte: MICT/ SELEX/ DTIC/ Sistema Alice/FEE

É importante destacar, como corolário deste quadro, que, para a política governamental, as importações caracterizaram-se como um instrumento decisivo no controle dos preços internos, indispensável para a manutenção de baixas taxas de inflação do plano de estabilização.

As previsões do déficit comercial, para 1997, situam-se entre US\$ 11 bilhões e US\$16 bilhões, mesmo diante da perspectiva do aumento das exportações do segmento de produtos básicos, liderado pelas vendas de "commodities", como as do complexo da soja, bem como as do segmento dos seminaturados, através de produtos como o alumínio, celulose e outros.

## 2. A BALANÇA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL

A balança comercial do RS apresentou, no período 1989-96, uma performance favorável, se comparada à nacional, confirmando o papel histórico desempenhado pelo Estado como gerador-poupador de divisas para o País, contribuindo para a elevação dos saldos comerciais.

As informações da Tabela 3 evidenciam esse bom desempenho à medida que, apesar do seu saldo comercial vir declinando, as exportações se mantiveram superiores às importações.

**TABELA 3**  
BALANÇA COMERCIAL RS 1989 - 1996

ANOS	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		CORRENTE DE COMÉRCIO		SALDO
	(A)	Var.%	(B)	Var.%	(A+B)	(A-B)	
1989	3.709	-	1.256	-	4.965	-	2.453
1990	3.442	-7,20	1.243	-1,04	4.685	-5,64	2.199
1991	3.294	-4,30	1.518	22,12	4.812	2,71	1.776
1992	4.339	31,72	1.247	-17,85	5.586	16,08	3.092
1993	5.178	19,34	1.747	40,10	6.925	23,97	3.431
1994	5.027	-2,92	2.308	32,11	7.335	5,92	2.719
1995	5.182	3,08	3.229	39,90	8.411	14,67	1.953
1996	5.664	9,30	4.179	29,42	9.843	17,03	1.485
Var. Perc.Período(%)		52,71		232,72		98,25	
Tx. Média Cresc. Anual (%)		5,43		16,21		8,93	

Fonte: MICT/SECEX/DTIC/FEE

Isso foi possível graças à relação inicial entre exportações e importações de 3 para 1, superior à mesma relação em nível nacional de 2 para 1, aproximadamente.

Esse contexto positivo para a balança comercial gaúcha prende-se a dois fatores: um primeiro, de natureza estrutural, e um segundo, de natureza conjuntural. O primeiro decorre do maior nível tecnológico e gerencial de produção, implementado em alguns segmentos ainda na década de 80, resultando em uma maior competitividade de seus produtos no exterior, bem como em uma maior diversificação na pauta de comércio e nos mercados compradores, e o segundo, decorrente do aumento dos preços internacionais, ocorridos especialmente em 1996, para produtos que compõem a pauta de exportação do RS, conforme será avaliado mais adiante neste trabalho no segmento sobre as exportações segundo os produtos.

A participação das exportações gaúchas no total exportado pelo Brasil ainda não recuperou o percentual atingido, em 1993, de 13,43%, visto que, em 1996, essa participação ficou em 11,86% (Tabela 4). Entretanto, a posição do Estado referente a sua participação nas exportações brasileiras ratifica a sua função geradora de divisas, ocupando no "ranking" nacional, a 3ª posição atrás de Minas Gerais e São Paulo, respectivamente.

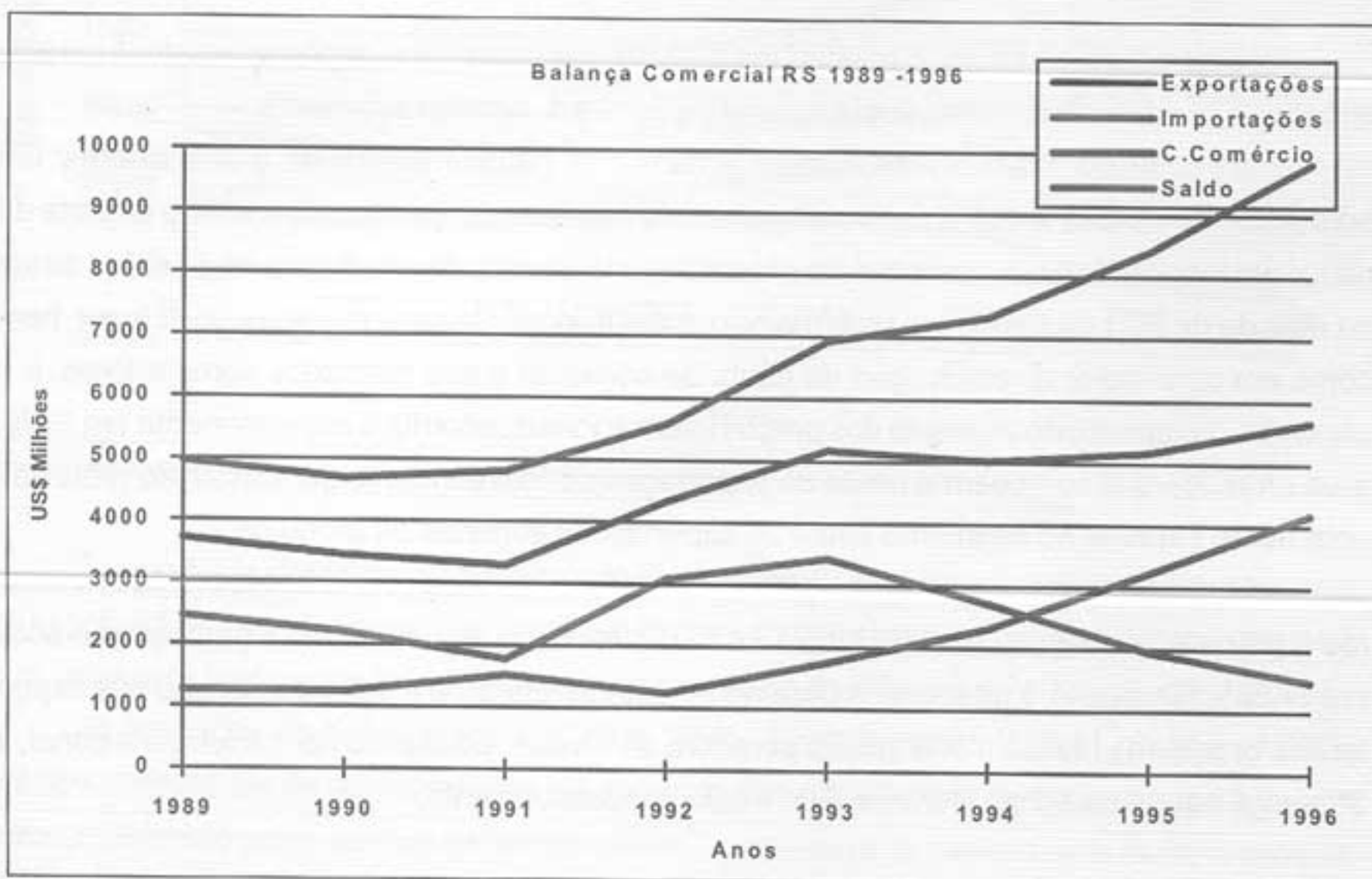
**TABELA 4****BALANÇA COMERCIAL - PARTICIPAÇÃO DO RS SOBRE O BRASIL 1989 - 1996**

ANOS	EXPORTAÇÕES %	IMPORTAÇÕES %	CORRENTE DE COMÉRCIO %
1989	10,79	6,88	9,43
1990	10,96	6,02	8,99
1991	10,42	7,21	9,14
1992	12,12	6,07	9,91
1993	13,43	6,92	10,85
1994	11,54	6,98	9,57
1995	11,14	6,48	8,73
1996	11,86	7,84	9,74

Fonte: Tabelas 1 e 4

Em relação às importações, é preciso considerar, ainda, que o Rio Grande do Sul, após 1990, sofreu a influência do processo de abertura da economia brasileira, o que resultou no significativo crescimento das mesmas. Além disso, é importante destacar que o Estado, face a sua característica de produtor agroindustrial, quando da frustração de safras, por vezes se obriga a importar determinados produtos para evitar desaquecimento de certos setores, como ocorre com a soja, no caso da área de grãos, com rebatimentos para todo o complexo.

O gráfico II, a seguir, evidencia de forma panorâmica a performance da balança comercial gaúcha, que reflete, com uma certa defasagem, a mesma tendência que a balança comercial nacional: as exportações crescendo mais lentamente que as importações, corrente de comércio em ascensão e saldos comerciais declinantes.

**GRÁFICO II**

Fonte: MICT/SECEX/DTIC/Sistema ALICE/FEE



## 2.1 AS EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL 1989 - 1996

Com o objetivo de analisar o comportamento da pauta de exportações do RS, adotou-se, como parâmetro metodológico, eleger os produtos que, somados, representassem mais de 70% do total das exportações do Estado para todos os anos do período. A adoção desse critério buscou obter homogeneidade para efeitos de análise da pauta, em nível de produtos de exportação do RS.

Como resultante desse critério foram selecionados, de acordo com a classificação da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - NBM -, transformada em Nomenclatura Comum de Mercadorias face ao MERCOSUL, os capítulos e seus respectivos produtos que estão expressos na Tabela 5.

**Cumprer esclarecer ainda que, quanto ao grau de representação do conjunto dos produtos na pauta para cada ano, foram obtidos os seguintes valores, respectivamente: 1989:73%; 1990:74%; 1991:77%; 1992:75%; 1993:75%; 1994:74%; 1995:73%; 1996:78%.**

Assim, os dados da Tabela 5 indicam os capítulos e produtos de maior destaque, integrantes da pauta de exportação do Rio Grande do Sul no período considerado. Os setores mais expressivos da pauta de exportação do RS são de calçados com participação média, no período, de 27%; seguidos do fumo, com 14%; do segmento de resíduos das indústrias alimentares e seu produto, farelo de soja da extração do óleo, cuja participação média foi de 11%; do ramo de caldeiras e máquinas, com 5%; e do setor de gorduras, óleos com seu produto óleo de soja, com participação média de 4,6%.

Os segmentos menos expressivos do subgrupo de produtos mais representativos caracterizam-se como os de plásticos e suas obras, participação média de 3,4%; o de carnes, o de peles, com 3,4%; e finalmente, o de veículos com 3,2%.

Os segmentos que mais cresceram foram os de carnes e miudezas comestíveis, onde se insere carnes de frango e de suínos, que dobrou sua participação, uma vez que, em 1989, representava 2,11%, e em 1996, 4,19%; de caldeiras e máquinas, quando, em 1989, representou 4,33%, elevando essa participação para 6,87% em 1996. Outro setor que mantém sua posição em crescimento foi o de fumo, que pontuou aproximadamente 16,30% na participação dessa pauta exportável.

Esses setores obtiveram esse crescimento devido a dois aspectos; primeiro à elevação dos preços internacionais, como é o caso da carne de frango, do fumo e, segundo, face à consolidação do MERCOSUL, onde o Brasil, e em especial o RS, é bastante competitivo na carne de frango e no setor de caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos. Como exemplo da competitividade brasileira no setor avícola, recentemente a Argentina e o Brasil acertaram a liberalização do comércio de pintos de um dia e de ovos férteis que, até então, estava sob restrições (argentinas) não tarifárias. Por sua vez, o setor de caldeiras, máquinas,

**TABELA 5****EXPORTAÇÕES DO RS POR CAPÍTULO E MERCADORIAS  
DA NOMENCLATURA COMUM DE MERCADORIAS - 89/96**

Capítulos e Produtos	1989		1990		1991	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
<b>02 - Carnes e miudezas, comestíveis</b>	<b>78.350.935</b>	<b>2,11%</b>	<b>84.084.103</b>	<b>2,44%</b>	<b>99.365.850</b>	<b>3,02%</b>
Outras Carnes de suínos congeladas	1.011.267	0,03%	153.291	0,00%	1.728.022	0,05%
Carne de galos, frangos ou galinhas inteiras	17.376.815	0,47%	32.034.541	0,93%	28.565.952	0,87%
Carne de galos, frangos ou galinhas em pedaços	25.772.659	0,69%	28.524.861	0,83%	38.595.035	1,17%
Outros	34.190.194	0,92%	23.371.410	0,68%	30.476.841	0,93%
<b>15 - Gorduras, óleos e ceras, animais ou vegetais</b>	<b>153.512.245</b>	<b>4,14%</b>	<b>190.703.742</b>	<b>5,54%</b>	<b>101.820.943</b>	<b>3,09%</b>
Óleo de soja, bruto, mes degomado	122.621.298	3,31%	178.045.013	5,17%	98.445.200	2,99%
Outros	30.890.947	0,83%	12.658.729	0,37%	3.375.743	0,10%
<b>23 - Resíduos das ind. alimentares; alim. para animais</b>	<b>562.712.863</b>	<b>15,17%</b>	<b>488.951.521</b>	<b>14,21%</b>	<b>297.964.199</b>	<b>9,05%</b>
Farela de soja da extração do óleo	557.995.296	15,04%	485.499.567	14,11%	297.447.294	9,03%
Outros	4.717.567	0,13%	3.451.954	0,10%	516.905	0,02%
<b>24 - Fumo(tabaco) e seus sucedâneos manufaturado</b>	<b>407.862.030</b>	<b>11,00%</b>	<b>432.278.070</b>	<b>12,56%</b>	<b>566.037.785</b>	<b>17,18%</b>
Fumo destalado, curado em estufa, "Virginia"	53.834.574	1,45%	33.458.380	0,97%	36.249.702	1,10%
Fumo não destalado, curado em estufa, "Virginia"	299.030.789	8,06%	338.782.031	9,84%	437.093.712	13,27%
Fumo destalado, curado em galpão, "Burley"	26.148.418	0,70%	35.849.273	1,04%	50.759.421	1,54%
Cigarros de fumo(tabaco), exceto feitos a mão	10.161.717	0,27%	6.996.863	0,20%	20.640.128	0,63%
Outros	18.686.532	0,50%	17.191.523	0,50%	21.294.822	0,65%
<b>39 - Plásticos e suas obras</b>	<b>108.609.713</b>	<b>2,93%</b>	<b>114.539.647</b>	<b>3,33%</b>	<b>136.867.798</b>	<b>4,15%</b>
Polietileno dens. < 0,94, sem carga, forma primária	54.177.146	1,46%	51.376.067	1,49%	54.050.096	1,64%
Polietileno dens. maior ou igual 0,94, s/carga, f.pr.	34.163.242	0,92%	43.992.020	1,28%	44.144.858	1,34%
Outros	20.269.325	0,55%	19.171.560	0,56%	38.672.844	1,17%
<b>41 - Peles, exceto peleteria(peles c/pelos), e couros</b>	<b>87.896.967</b>	<b>2,37%</b>	<b>98.273.630</b>	<b>2,86%</b>	<b>124.171.403</b>	<b>3,77%</b>
Couros/Pele bovino, int./meio, curtido cromo, úmido	1.488.813	0,04%	5.236.951	0,15%	8.352.399	0,25%
Couro/Pele bovina, curtido a cromo, flor integral	33.240.881	0,90%	27.173.322	0,79%	44.130.722	1,34%
Couro/Pele bovina, curt. a cromo, flor lix. e acabada	9.397.193	0,25%	25.927.924	0,75%	24.675.525	0,75%
Outros	43.770.080	1,18%	39.935.433	1,16%	47.012.757	1,43%
<b>64 - Calçados, polainas e artef. semelh. e suas partes</b>	<b>1.051.859.355</b>	<b>28,36%</b>	<b>949.481.527</b>	<b>27,59%</b>	<b>1.026.153.656</b>	<b>31,15%</b>
Sapatos de couro natural, uso feminino	6.857.189	0,18%	46.530.015	1,35%	55.787.700	1,69%
Outros calçados de couro nat. cobrindo o tornozelo	81.427.687	2,20%	92.670.345	2,69%	96.748.642	2,94%
Sandálias e chinelos de couro natural	92.058.441	2,48%	99.554.693	2,89%	122.020.817	3,70%
Sapatos de couro natural com sola de borracha		0,00%	571.406.568	16,60%	668.477.478	20,29%
Outros calçados de couro natural, c/ sola de borracha	643.944.890	17,36%	47.027.873	1,37%	2.536.142	0,08%
Outros	227.571.148	6,14%	92.292.033	2,68%	80.582.877	2,45%
<b>84 - Caldeiras, máquinas, aparelhos e instr. mecânicos</b>	<b>160.663.911</b>	<b>4,33%</b>	<b>117.691.037</b>	<b>3,42%</b>	<b>105.092.884</b>	<b>3,19%</b>
Motor a diesel/semi diesel para automóveis	315.027	0,01%	1.769	0,00%	3.576	0,00%
Aparelhos de ar cond., com ventilador, para parede	72.879.352	1,96%	33.557.003	0,97%	13.720.139	0,42%
Colhedeiças combinadas	41.928.128	1,13%	32.545.692	0,95%	23.678.113	0,72%
Outras caldeiras, máquinas	10.298.617	0,28%	21.710	0,00%	53.535	0,00%
Outros	35.242.787	0,95%	51.564.863	1,50%	67.637.521	2,05%
<b>87 - Veículos automóveis, tratores, ciclos, etc</b>	<b>80.527.761</b>	<b>2,17%</b>	<b>58.691.775</b>	<b>1,71%</b>	<b>71.737.970</b>	<b>2,18%</b>
Tratores agrícolas de 4 rodas	31.974.864	0,86%	8.092.057	0,24%	10.110.606	0,31%
Outras partes/acessórios p/ automóveis/caminhões	22.891.305	0,62%	24.728.246	0,72%	24.340.899	0,74%
Outros	25.661.592	0,69%	25.871.472	0,75%	37.286.465	1,13%
<b>Subtotal</b>	<b>2.691.995.780</b>	<b>72,58%</b>	<b>2.534.695.052</b>	<b>73,64%</b>	<b>2.529.212.488</b>	<b>76,78%</b>
Outros	1.017.003.103	27,42%	907.277.597	26,36%	765.004.211	23,22%
<b>Total RS</b>	<b>3.708.998.883</b>	<b>100</b>	<b>3.441.972.649</b>	<b>100</b>	<b>3.294.216.699</b>	<b>100</b>

1992		1993		1994		1995		1996	
Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
129.346.532	2,98%	185.513.616	3,58%	195.543.419	3,89%	192.386.960	3,71%	237.334.706	4,19%
13.188.305	0,30%	17.499.296	0,34%	15.648.266	0,31%	12.714.923	0,25%	32.687.084	0,58%
35.644.262	0,82%	57.869.833	1,12%	53.263.516	1,06%	49.405.943	0,95%	90.783.481	1,60%
52.107.274	1,20%	51.481.683	0,99%	67.335.194	1,34%	74.577.464	1,44%	80.638.260	1,42%
28.406.691	0,65%	58.662.804	1,13%	59.296.443	1,18%	55.688.630	1,07%	33.225.881	0,59%
155.009.236	3,57%	190.867.180	3,69%	296.586.707	5,90%	342.317.543	6,61%	252.299.821	4,45%
135.960.089	3,13%	183.125.830	3,54%	292.809.942	5,82%	335.256.782	6,47%	244.954.499	4,33%
19.049.147	0,44%	7.741.350	0,15%	3.776.765	0,08%	7.060.761	0,14%	7.345.322	0,13%
422.451.642	9,74%	532.700.829	10,29%	467.116.125	9,29%	480.449.818	9,27%	618.809.035	10,93%
420.151.841	9,68%	527.460.111	10,19%	460.959.670	9,17%	471.695.245	9,10%	608.288.963	10,74%
2.299.801	0,05%	5.240.718	0,10%	6.156.455	0,12%	8.754.573	0,17%	10.520.072	0,19%
683.388.544	15,75%	605.236.182	11,69%	627.994.882	12,49%	677.193.929	13,07%	923.257.044	16,30%
45.623.962	1,05%	25.019.978	0,48%	30.986.841	0,62%	28.402.054	0,55%	33.530.839	0,59%
517.123.822	11,92%	436.395.799	8,43%	434.439.506	8,64%	474.654.324	9,16%	676.842.526	11,95%
63.967.889	1,47%	87.542.319	1,69%	75.631.931	1,50%	69.292.670	1,34%	81.811.028	1,44%
15.427.697	0,36%	19.910.608	0,38%	57.694.187	1,15%	69.845.790	1,35%	93.874.766	1,66%
41.245.174	0,95%	36.367.478	0,70%	29.242.417	0,58%	34.999.091	0,68%	37.197.885	0,66%
125.592.444	2,89%	188.647.851	3,64%	194.471.443	3,87%	181.982.226	3,51%	155.273.843	2,74%
51.902.186	1,20%	77.278.928	1,49%	83.236.575	1,66%	76.407.335	1,47%	64.485.334	1,14%
20.337.795	0,47%	59.878.498	1,16%	37.584.446	0,75%	55.327.463	1,07%	51.832.435	0,92%
53.352.463	1,23%	51.490.425	0,99%	73.650.422	1,47%	50.247.428	0,97%	38.956.074	0,69%
159.680.855	3,68%	156.292.087	3,02%	182.533.597	3,63%	198.205.183	3,83%	239.483.532	4,23%
11.910.016	0,27%	25.553.687	0,49%	21.511.459	0,43%	49.405.232	0,95%	59.906.879	1,06%
63.830.829	1,47%	58.656.028	1,13%	55.698.007	1,11%	44.517.106	0,86%	52.384.145	0,92%
31.215.570	0,72%	47.755.405	0,92%	46.721.437	0,93%	34.493.061	0,67%	43.909.758	0,78%
52.724.440	1,22%	24.326.967	0,47%	58.602.694	1,17%	69.789.784	1,35%	83.282.750	1,47%
1.204.511.831	27,76%	1.556.881.357	30,07%	1.286.552.361	25,59%	1.245.213.437	24,03%	1.418.176.037	25,04%
65.954.112	1,52%	71.468.622	1,38%	48.170.446	0,96%	57.081.316	1,10%	47.835.452	0,84%
149.579.925	3,45%	187.593.702	3,62%	203.974.923	4,06%	154.594.996	2,98%	139.148.006	2,46%
156.390.370	3,60%	253.632.010	4,90%	241.341.523	4,80%	268.383.064	5,18%	340.973.038	6,02%
735.251.365	16,94%	872.500.059	16,85%	639.916.778	12,73%	597.313.079	11,53%	666.881.981	11,77%
6.129.449	0,14%	25.627.556	0,49%	18.615.499	0,37%	15.535.580	0,30%	42.882.769	0,76%
91.206.610	2,10%	146.059.408	2,82%	134.533.192	2,68%	152.305.402	2,94%	180.454.791	3,19%
180.841.895	4,17%	239.425.172	4,62%	263.166.277	5,23%	288.721.450	5,57%	388.856.063	6,87%
13.647	0,00%	4.316	0,00%	5.827	0,00%	35.343	0,00%	40.436.684	0,71%
15.317.445	0,35%	38.404.139	0,74%	45.216.721	0,90%	58.955.141	1,14%	65.076.335	1,15%
39.584.658	0,91%	85.472.367	1,65%	98.576.542	1,96%	36.224.685	0,70%	59.762.483	1,06%
53.186	0,00%	271.776	0,01%	326.536	0,01%	2.124.406	0,04%	9.948.803	0,18%
125.872.959	2,90%	115.272.574	2,23%	119.040.651	2,37%	191.381.875	3,69%	213.631.758	3,77%
190.118.206	4,38%	204.629.981	3,95%	208.887.807	4,16%	175.638.554	3,39%	187.588.954	3,31%
16.486.199	0,38%	11.416.912	0,22%	148.695.536	2,96%	22.620.751	0,44%	38.072.859	0,67%
38.668.624	0,89%	41.753.061	0,81%	44.576.639	0,89%	39.350.697	0,76%	43.948.077	0,78%
134.963.383	3,11%	151.460.008	2,92%	15.615.632	0,31%	113.667.106	2,19%	105.568.018	1,86%
3.250.941.185	74,92%	3.860.194.255	74,54%	3.722.852.618	74,06%	3.782.109.100	72,99%	4.421.079.035	78,06%
1.088.350.321	25,08%	1.318.151.815	25,46%	1.304.260.601	25,94%	1.399.545.851	27,01%	1.242.560.903	21,94%
4.339.291.506	100	5.178.346.070	100	5.027.113.219	100	5.181.654.951	100	5.663.639.938	100

aparelhos e instrumentos mecânicos expandiu suas vendas para o MERCOSUL, o que contribuiu para o seu crescimento.

## TABELA 6

EXPORTAÇÕES DO RS - PRINCIPAIS CAPÍTULOS PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL 1989 - 1996 (%)

Capítulos e Produtos	Anos							
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
02 - Carnes e Miud. Com.	2,11	2,44	3,02	2,98	3,58	3,89	3,71	4,19
15 - Gorduras, óleos	4,14	5,54	3,09	3,57	3,69	5,91	6,61	4,45
23 - Res. das Ind. Aliment.	15,16	14,21	9,05	9,74	10,29	9,29	9,27	10,93
24 - Fumo (tabaco) sucedân.	11,01	12,56	17,18	15,75	11,69	12,49	13,07	16,30
39 - Plásticos e suas obras	2,93	3,33	4,15	2,89	3,64	3,87	3,51	2,74
41 - Peles e couros	2,37	2,86	3,77	3,68	3,01	3,63	3,83	4,23
64 - Calçados e polainas	28,36	27,59	31,15	27,76	30,07	25,59	24,03	25,04
84 - Caldeiras, máq, apar.	4,33	3,42	3,19	4,17	4,62	5,23	5,57	6,87
87 - Veículos autom.	2,17	1,71	2,18	4,38	3,95	4,16	3,39	3,31
Subtotal	72,58	73,64	76,78	74,92	74,54	74,06	72,99	78,06
Outros	27,42	26,36	23,22	25,08	25,46	25,94	27,01	21,94
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Tabela 5

Cabe lembrar que outro segmento favorecido pela elevação de seus preços em nível internacional foi o farelo de soja (Resíduos das Indústrias Alimentares), sendo que a elevação de seu preço médio, em 1996, foi de aproximadamente 44%, o que culminou na sua recuperação, resultante do decréscimo da oferta mundial e a conseqüente redução nos níveis dos estoques internacionais.

Como contrapartida à expansão de determinados setores, nesse período, observa-se a perda de posição relativa de alguns segmentos, como é o caso do setor de calçados, embora se caracterize como o mais expressivo no conjunto das vendas externas do Estado. Além de sofrer os efeitos da apreciação cambial atual, esse setor, que em tempos de inflação elevada e câmbio desvalorizado aproveitou-se da competitividade espúria da mão-de-obra barata e do câmbio defasado, foi seriamente atingido pelo acirramento da concorrência internacional. Como evidência deste quadro, o Brasil, que é o segundo exportador de calçados para os Estados Unidos, vem perdendo mercado para a China.

No ano de 1981, a China havia exportado 7,1 milhões de pares para aquele país, e o Brasil 43 milhões. Em 1995, 14 anos depois, a situação havia se invertido de forma dramática para o segmento nacional: enquanto o País exportou 96,2 milhões de pares para os EUA, a China comercializou 716,1 milhões de pares para o mercado norte-americano. (TACHINARDI 1996)

Outro aspecto que contribuiu para agravar o desempenho do segmento foi a fixação de tarifas de importação pelos EUA, as quais estabeleceram 10% "ad valorem" para calçados de couro feminino e 8,5% para os demais sapatos de couro, enquanto a média de todas as tarifas alfandegárias nos EUA é de 5%. Todavia, o maior problema do setor é a competitividade

chinesa, face aos baixos preços praticados, resultante de um sistema produtivo alicerçado na mão-de-obra barata praticado pela China.

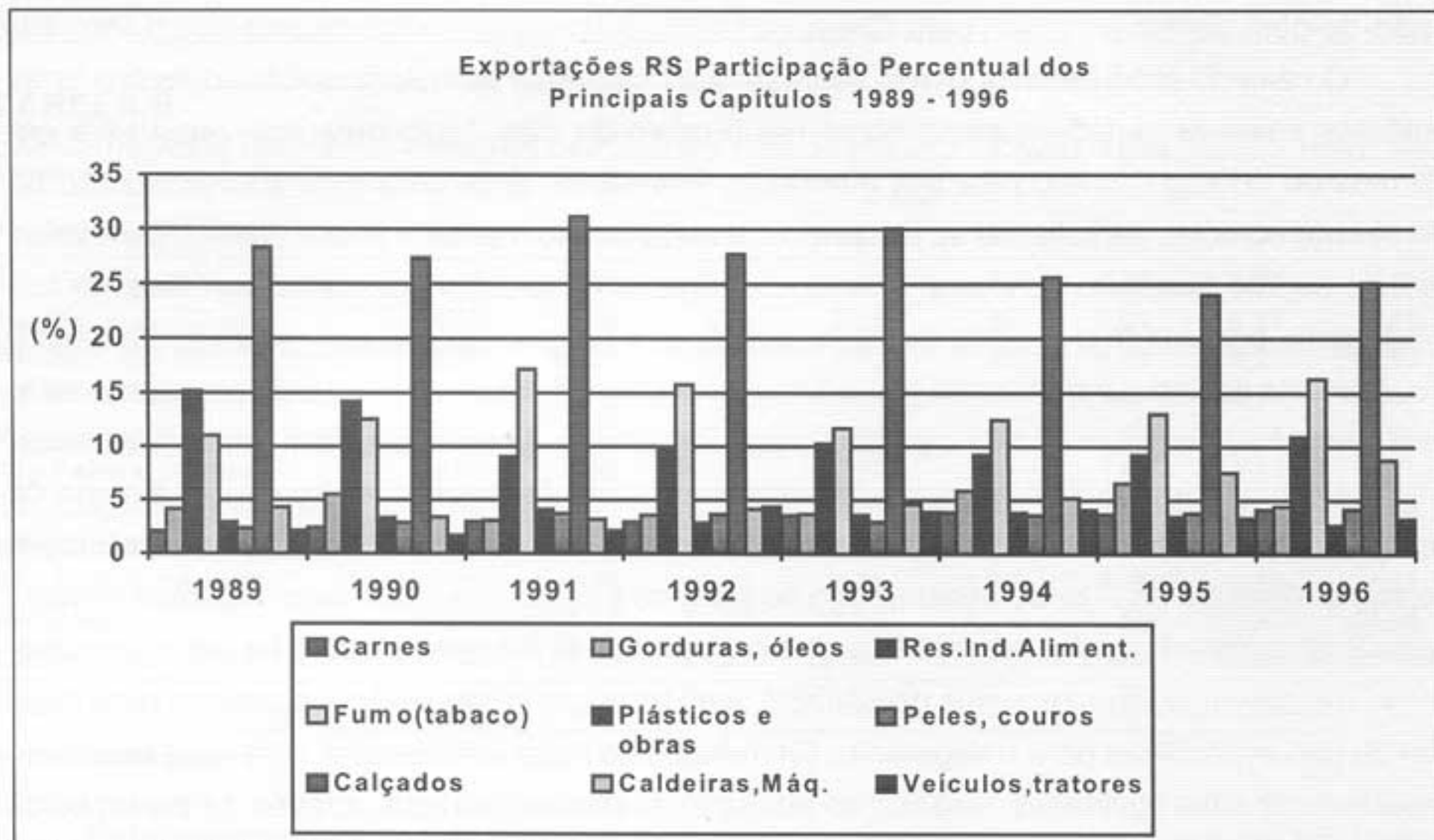
O calçado produzido na China se destina às camadas de menor poder aquisitivo, e os sapatos italianos caracterizam-se como um produto de elite, tanto pela sua vanguarda em termos de "design", como pela sua qualidade. Entretanto, após uma forte desvalorização da lira frente ao dólar, os italianos se tornaram competitivos no mercado intermediário, espaço no qual o sapato brasileiro concorre, levando o mercado norte-americano a se beneficiar dessa vantagem, adquirindo o produto de maior qualidade a preços mais baixos. Além deste aspecto, é preciso considerar que, como o real está ancorado no dólar e o mesmo está sobrevalorizado em relação às demais moedas, o sapato brasileiro também é prejudicado em outros mercados.

Esse quadro adverso ao setor deflagrou uma série de reações, entre elas, a evasão de empresas produtoras para outros Estados da Federação atraídos por benefícios fiscais, bem como a elevação da taxa de desemprego do setor no Estado. Por outro lado, algumas estratégias foram adotadas pelos setores Governo e empresarial. No que se refere ao setor Governo, este implementou, com recursos do BNDES, a abertura de linhas de financiamento para capital de giro específicas para o segmento. Em relação ao setor empresarial, este vem buscando reestruturar suas atividades, visando ao aumento da competitividade, através da elevação da produtividade, da melhoria da qualidade dos produtos e da modelagem, do reforço da marca própria, do aumento dos investimentos em "marketing" e de novos canais de distribuição. Paralelamente, programas de capacitação de fornecedores e de competitividade foram adotados, visando uma maior eficiência do complexo calçadista no Estado.

Como solução de natureza conjuntural, grandes grupos optaram por importar da Ásia calçados em partes e proceder à montagem no Estado, como forma de reduzir custos, o que se refletiu na elevação dos volumes importados desse produto, como será abordado adiante.

O setor de peles e couros, mesmo tendo registrado um crescimento em sua participação, vem enfrentando dificuldades na colocação de seus produtos com maior valor agregado, em vista das barreiras alfandegárias existentes nos países importadores de couro brasileiro curtido. Entretanto, nesses países, as importações de couro "wet-blue" (primeiro estágio de curtimento) e couro salgado, considerados como matérias-primas, gozam de isenção de alíquotas de importação. Ou seja, ao mesmo tempo em que restringem a entrada do produto que passou por um certo grau de industrialização, esses países estimulam a entrada de matéria-prima, o que contribui para o aumento das exportações de couro cru pelo Brasil e vem em prejuízo das exportações do produto mais elaborado. Agrega-se a isso o aumento da concorrência externa para o produto nacional, decorrente do aumento da oferta de couros curtidos pelos demais países, cuja matéria-prima é de origem brasileira.

### GRÁFICO III



Fonte: MILT/SELEX/DTIC/Sistema ALICE/FEE

O setor de veículos, automóveis, tratores e ciclos aumentou sua participação em mais de 50% (de 2,17%, em 1989, para 3,31% em 1996), embora sem atingir ainda maior expressividade no subgrupo de produtos mais destacados da pauta. Já o setor de plásticos manteve sua participação relativamente estável ao longo do período em apreço.

## 2.2 O DESTINO DAS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS - PRINCIPAIS MERCADOS

Os dados da Tabela 7 demonstram que o maior parceiro comercial do RS, por blocos, continua sendo o Acordo de Livre Comércio Norte-americano - NAFTA -, seguido da União Européia, da Ásia - que a partir de 1996 passou a constituir-se no terceiro mercado para as exportações gaúchas -, da Associação Latino-Americana de Integração - ALADI - na qual está inserido o MERCOSUL, de extraordinário crescimento no período 1989 - 1996.

Referente ao mercado do NAFTA, os EUA constituem-se no maior parceiro comercial do Estado. Enquanto o NAFTA absorve 34,29% das exportações gaúchas, os EUA absorvem 33%, ou seja, quase o total das exportações do RS que se destinam àquele bloco. A União Européia, embora tenha reduzido sua participação (27,74%, em 1989, para 21,93%, em 1996, tendo atingido 33,98% em 1991), continua a manter a posição de segundo mercado de exportação do RS, destacando-se a Itália (4,65%), o Reino Unido (4,62%), a Alemanha (4,48%) e a Espanha (2,56%), como os países de maior mercado das exportações gaúchas em 1996.

A Ásia conquistou, em 1996, a terceira posição (17,06%) como mercado preferencial

## EXPORTAÇÕES DO RS SEGUNDO O DESTINO POR BLOCOS E PAÍSES - 1989-1996

	1989		1990		1991		1992	
<b>ALADI (exceto México Incl. Mercosul)</b>	<b>140.098.629</b>	<b>5,20%</b>	<b>113.947.805</b>	<b>4,50%</b>	<b>203.086.924</b>	<b>8,03%</b>	<b>315.387.056</b>	<b>9,70%</b>
<b>MERCOSUL</b>	<b>70.019.880</b>	<b>2,60%</b>	<b>72.320.060</b>	<b>2,85%</b>	<b>117.394.021</b>	<b>4,64%</b>	<b>216.064.027</b>	<b>6,65%</b>
Argentina	16.963.983	0,63%	20.630.446	0,81%	56.147.784	2,22%	136.803.745	4,21%
Uruguaí	37.147.314	1,38%	35.343.625	1,39%	39.406.850	1,56%	47.317.433	1,46%
Paraguai	15.908.583	0,59%	16.345.989	0,64%	21.839.387	0,86%	31.942.849	0,98%
<b>Demais Países</b>	<b>70.078.749</b>	<b>2,60%</b>	<b>41.627.745</b>	<b>1,64%</b>	<b>85.692.903</b>	<b>3,39%</b>	<b>99.323.029</b>	<b>3,06%</b>
Bolívia	10.413.297	0,39%		0,00%	9.822.625	0,39%	17.428.857	0,54%
Chile	29.554.832	1,10%	19.055.785	0,75%	34.131.474	1,35%	47.059.156	1,45%
Colômbia	11.510.210	0,43%	4.306.140	0,17%	5.235.106	0,21%	8.408.365	0,26%
Equador	2.693.951	0,10%	1.645.780	0,06%	2.969.912	0,12%	3.800.070	0,12%
Peru	5.618.249	0,21%	5.999.545	0,24%	3.674.573	0,15%	4.721.987	0,15%
Venezuela	10.288.210	0,38%	10.620.495	0,42%	29.859.213	1,18%	17.904.594	0,55%
<b>NAFTA</b>	<b>1.015.088.511</b>	<b>37,71%</b>	<b>941.599.725</b>	<b>37,15%</b>	<b>988.027.250</b>	<b>39,06%</b>	<b>1.293.125.905</b>	<b>39,78%</b>
Canadá	51.632.319	1,92%	42.810.107	1,69%	51.243.838	2,03%	53.679.993	1,65%
EUA	941.317.106	34,97%	876.144.506	34,57%	900.334.206	35,60%	1.130.322.211	34,77%
México	22.139.086	0,82%	22.645.112	0,89%	36.449.206	1,44%	109.123.701	3,36%
<b>UNIÃO EUROPÉIA</b>	<b>746.777.032</b>	<b>27,74%</b>	<b>852.206.384</b>	<b>33,62%</b>	<b>859.397.853</b>	<b>33,98%</b>	<b>1.012.510.814</b>	<b>31,15%</b>
Alemanha	133.689.927	4,97%	206.998.383	8,17%	216.874.023	8,57%	197.671.985	6,08%
Austria	6.156.224	0,23%	3.249.761	0,13%	9.616.503	0,38%	4.277.358	0,13%
Bélgica	22.919.988	0,85%	29.560.288	1,17%	50.395.195	1,99%	55.404.382	1,70%
Dinamarca	17.043.826	0,63%	14.387.214	0,57%	12.747.169	0,50%	17.065.706	0,52%
Espanha	53.121.722	1,97%	71.077.117	2,80%	65.176.553	2,58%	104.106.044	3,20%
Finlândia	2.535.029	0,09%	2.919.209	0,12%	2.820.693	0,11%	2.507.660	0,08%
França	65.779.796	2,44%	51.831.867	2,04%	65.021.624	2,57%	48.893.340	1,50%
Grécia	6.215.693	0,23%	3.354.688	0,13%	10.489.772	0,41%	16.513.380	0,51%
Irlanda	3.862.857	0,14%	3.569.611	0,14%	3.160.130	0,12%	4.543.633	0,14%
Itália	111.168.192	4,13%	202.497.595	7,99%	132.599.975	5,24%	196.006.955	6,03%
Luxemburgo								
Países Baixos	125.066.992	4,65%	89.051.426	3,51%	85.204.511	3,37%	115.818.956	3,56%
Portugal	13.078.216	0,49%	14.763.733	0,58%	15.579.710	0,62%	11.643.926	0,36%
Reino Unido	167.489.587	6,22%	140.002.628	5,52%	171.675.467	6,79%	227.946.813	7,01%
Suécia	18.648.983	0,69%	18.942.864	0,75%	18.036.528	0,71%	10.110.676	0,31%
<b>ÁSIA</b>	<b>240.182.780</b>	<b>8,92%</b>	<b>236.601.616</b>	<b>9,33%</b>	<b>184.445.594</b>	<b>7,29%</b>	<b>353.516.789</b>	<b>10,87%</b>
Afeganistão								
Bangladesh			25.621.137	1,01%	4.965.280	0,20%	35.573.559	1,09%
China	70.542.373	2,62%	87.362.641	3,45%	26.473.197	1,05%	36.854.192	1,13%
Cingapura	14.421.126	0,54%	13.463.428	0,53%	2.406.588	0,10%	23.375.309	0,72%
Coreia do Sul	14.136.108	0,53%	10.770.369	0,42%	9.059.864	0,36%	8.508.859	0,26%
Filipinas	51.417.708	1,91%	15.400.588	0,61%	17.133.418	0,68%	8.581.556	0,26%
Hong Kong	16.370.592	0,61%	16.858.512	0,67%	37.404.457	1,48%	56.108.925	1,73%
Índia	3.787.980	0,14%	6.942.839	0,27%	11.738.701	0,46%	10.766.564	0,33%
Indonésia	8.276.549	0,31%	9.121.916	0,36%	8.647.692	0,34%	11.895.801	0,37%
Japão	39.954.815	1,48%	28.434.133	1,12%	45.900.817	1,81%	77.809.911	2,39%
Malásia	6.554.952	0,24%	7.984.820	0,32%	3.053.022	0,12%	6.687.305	0,21%
Paquistão	46.006	0,00%	42.982	0,00%	6.770.369	0,27%	32.603.415	1,00%
Tailândia	10.200.724	0,38%	13.871.133	0,55%	9.810.628	0,39%	10.483.213	0,32%
Taiwan(Formosa)	4.473.847	0,17%	727.118	0,03%	1.081.561	0,04%	34.268.180	1,05%
Vietnã		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%
<b>ORIENTE MÉDIO</b>	<b>76.778.707</b>	<b>2,85%</b>	<b>79.248.477</b>	<b>3,13%</b>	<b>58.592.520</b>	<b>2,32%</b>	<b>87.305.714</b>	<b>2,69%</b>
Arábia Saudita	15.828.885	0,59%	29.702.345	1,17%	21.265.224	0,84%	26.138.619	0,80%
Catar	80.748	0,00%		0,00%		0,00%	197.633	0,01%
Chipre	7.966.268	0,30%	1.008.654	0,04%	1.411.389	0,06%	1.087.403	0,03%
Emirados Arábes	1.216.851	0,05%	961.726	0,04%	123.128	0,00%	1.297.289	0,04%
Irã, Rep. Islâmica do	1.203.415	0,04%	1.138.049	0,04%	1.226.791	0,05%	2.812.692	0,09%
Israel	47.863.080	1,78%	44.136.651	1,74%	28.639.899	1,13%	46.323.495	1,42%
Jordânia	507.580	0,02%	1.241.523	0,05%	1.452.140	0,06%	1.252.407	0,04%
Kuwait	2.711	0,00%	3.018	0,00%	1.859.203	0,07%	5.133.447	0,16%
Libano	1.247.612	0,05%	1.053.654	0,04%	1.651.820	0,07%	2.355.541	0,07%
Omã	82.437	0,00%	2.857	0,00%	258	0,00%	1.101	0,00%
Síria, Rep. Árabe	779.120	0,03%		0,00%	962.668	0,04%	706.087	0,02%
<b>OUTROS PAÍSES</b>	<b>473.070.121</b>	<b>17,57%</b>	<b>311.091.045</b>	<b>12,27%</b>	<b>235.662.347</b>	<b>9,32%</b>	<b>189.094.907</b>	<b>5,82%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.691.995.780</b>	<b>100%</b>	<b>2.534.695.052</b>	<b>100%</b>	<b>2.529.212.488</b>	<b>100%</b>	<b>3.250.941.185</b>	<b>100%</b>

US\$ Milhões FOB

1993		1994		1995		1996	
482.490.592	12,50%	551.149.869	14,80%	572.216.761	15,13%	733.931.888	16,60%
341.876.547	8,86%	378.267.807	10,16%	363.766.364	9,62%	539.676.014	12,21%
218.680.490	5,67%	245.085.211	6,58%	203.900.886	5,39%	347.162.499	7,85%
59.065.094	1,53%	60.891.118	1,84%	72.379.012	1,91%	96.445.667	2,18%
64.130.963	1,66%	72.291.478	1,94%	87.486.466	2,31%	96.067.848	2,17%
140.614.045	3,64%	172.882.062	4,64%	208.450.397	5,51%	194.255.874	4,39%
19.741.807	0,51%	24.218.854	0,65%	40.409.826	1,07%	47.314.336	1,07%
66.347.951	1,72%	63.339.137	1,70%	80.915.942	2,14%	85.549.828	1,94%
10.943.093	0,28%	20.938.790	0,56%	17.497.645	0,46%	14.047.068	0,32%
6.439.798	0,17%	21.760.264	0,58%	17.239.131	0,46%	10.558.105	0,24%
10.717.570	0,28%	19.540.002	0,52%	25.260.128	0,67%	15.449.113	0,35%
26.423.826	0,68%	23.085.015	0,62%	27.127.725	0,72%	21.337.424	0,48%
1.552.555.235	40,22%	1.287.389.276	34,58%	1.172.541.909	31,00%	1.515.851.620	34,29%
67.347.018	1,74%	50.939.944	1,37%	51.233.374	1,35%	50.602.327	1,14%
1.400.179.402	36,27%	1.195.504.635	32,11%	1.113.563.874	29,44%	1.446.801.599	32,73%
85.028.815	2,20%	40.944.697	1,10%	7.744.661	0,20%	18.447.694	0,42%
1.038.907.840	26,91%	1.014.273.852	27,24%	1.069.528.020	28,28%	969.322.115	21,93%
187.056.404	4,85%	152.282.124	4,09%	163.247.450	4,32%	198.040.759	4,48%
5.481.357	0,14%	5.330.133	0,14%	2.121.929	0,06%	3.403.388	0,08%
61.564.286	1,59%	101.595.617	2,73%	88.454.181	2,34%	96.474.950	2,18%
68.618.733	1,78%	69.016.374	1,85%	59.794.866	1,58%	18.603.088	0,42%
106.590.003	2,76%	90.615.822	2,43%	151.850.015	4,01%	113.041.840	2,56%
3.362.834	0,09%	3.246.899	0,09%	3.169.271	0,08%	3.950.684	0,09%
54.180.908	1,40%	39.798.234	1,07%	40.452.204	1,07%	25.882.844	0,59%
9.837.923	0,25%	9.987.479	0,27%	10.011.960	0,26%	7.089.749	0,16%
3.278.731	0,08%	3.239.343	0,09%	2.390.697	0,06%	738.430	0,02%
200.308.083	5,19%	243.222.342	6,53%	233.315.470	6,17%	205.633.701	4,65%
407.006	0,01%	1.592.373	0,04%				
117.924.880	3,05%	100.565.202	2,70%	90.284.330	2,39%	72.493.315	1,64%
12.486.732	0,32%	16.373.573	0,44%	15.511.079	0,41%	9.864.193	0,22%
198.860.400	5,15%	165.459.172	4,44%	198.350.413	5,24%	204.423.615	4,62%
8.949.560	0,23%	11.949.165	0,32%	10.574.155	0,28%	9.681.559	0,22%
325.020.954	8,42%	536.174.629	14,40%	549.388.864	14,53%	754.452.186	17,06%
						58.000	0,00%
31.307.026	0,81%	32.345.723	0,87%	38.762.181	1,02%	21.991.345	0,50%
13.748.599	0,36%	174.571.597	4,69%	108.256.330	2,86%	297.925.584	6,74%
7.585.820	0,20%	3.691.167	0,10%	4.014.509	0,11%	6.831.836	0,15%
11.899.174	0,31%	8.088.035	0,22%	21.762.416	0,58%	8.937.892	0,20%
18.412.778	0,48%	23.519.873	0,63%	30.436.272	0,80%	54.408.563	1,23%
63.920.568	1,66%	67.639.777	1,82%	66.941.631	1,77%	81.236.789	1,84%
6.248.740	0,16%	10.204.771	0,27%	4.919.120	0,13%	4.870.266	0,11%
15.057.998	0,39%	28.338.248	0,76%	63.269.652	1,67%	41.651.314	0,94%
87.450.898	2,27%	100.063.550	2,69%	123.806.795	3,27%	149.623.928	3,38%
8.598.276	0,22%	3.310.395	0,09%	14.688.730	0,39%	24.502.449	0,55%
16.558.686	0,43%	7.220.064	0,19%	18.173.650	0,48%	6.922.584	0,16%
19.087.290	0,49%	17.399.685	0,47%	15.678.519	0,41%	19.441.965	0,44%
25.145.101	0,65%	59.773.966	1,61%	38.302.548	1,01%	35.417.385	0,80%
	0,00%	7.798	0,00%	376.511	0,01%	634.286	0,01%
136.158.289	3,53%	103.110.363	2,77%	98.040.958	2,59%	171.449.857	3,88%
40.666.184	1,05%	40.040.018	1,08%	41.655.362	1,10%	68.995.115	1,56%
1.162.874	0,03%	240.032	0,01%		0,00%	1.000.831	0,02%
5.871.955	0,15%	1.035.830	0,03%	898.439	0,02%	596.033	0,01%
1.227.970	0,03%	1.247.749	0,03%	2.075.165	0,05%	4.823.856	0,11%
2.854.418	0,07%	3.128.651	0,08%	3.713.918	0,10%	9.191.535	0,21%
77.844.493	2,02%	49.713.308	1,34%	38.950.292	1,03%	82.046.976	1,86%
1.239.052	0,03%	1.459.672	0,04%	1.352.234	0,04%	1.445.014	0,03%
1.478.614	0,04%	672.626	0,02%	150.463	0,00%	101.379	0,00%
2.703.348	0,07%	1.602.034	0,04%	1.368.293	0,04%	732.859	0,02%
103.045	0,00%	122.217	0,00%	7.592.392	0,20%	2.462.477	0,06%
1.006.336	0,03%	3.848.226	0,10%	284.400	0,01%	53.782	0,00%
325.061.345	8,42%	230.754.629	6,20%	320.392.588	8,47%	276.071.369	6,24%



das vendas externas do RS, devido às aquisições da China e Japão, cujas participações nas exportações do Estado, nesse ano, foram de 6,74% e 3,38%, respectivamente.

A maior expressão em termos de velocidade da taxa de expansão foi obtida pelo MERCOSUL, cuja participação em 1989, era de 2,6% e em 1996, representava 12,21% das exportações do Estado, que teve na Argentina o seu maior parceiro, responsável pela absorção de 75% das vendas externas do RS.

**TABELA 8**  
PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO RS SEGUNDO O DESTINO 1989 - 1996

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
ALADI (exceto México, inclui MERCOSUL)	5,20	4,50	8,03	9,70	12,50	14,80	15,13	16,60
MERCOSUL	2,60	2,85	4,64	6,65	8,86	10,16	9,62	12,21
NAFTA	37,71	37,15	39,06	39,78	40,22	34,58	31,00	34,29
UNIÃO EUROPÉIA	27,74	33,62	33,98	31,15	26,91	27,24	28,28	21,93
ÁSIA	8,92	9,33	7,29	10,87	8,42	14,40	14,53	17,06
ORIENTE MÉDIO	2,85	3,13	2,32	2,69	3,53	2,77	2,59	3,88
OUTROS PAÍSES	17,57	12,27	9,32	5,82	8,42	6,20	8,47	6,24
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Tabela 7

A diversidade de interesses comerciais em diferentes regiões do mundo coloca o Estado do Rio Grande do Sul em plena sintonia com a posição brasileira que tem se caracterizado, ao longo do tempo, por uma firme defesa do multilateralismo comercial, e a participação de todos os países nas negociações internacionais, através da OMC.

Nesse sentido, o Brasil sempre posicionou-se favorável ao fortalecimento do GATT como fórum regulador do comércio internacional e atualmente apóia, enfaticamente, a OMC na defesa do princípio de nação mais favorecida, o qual veda a discriminação entre países, defendendo, também, a desregulamentação do comércio e serviços, presentemente limitado por uma quantidade cada vez maior de acordos preferenciais e setoriais, instituídos principalmente pelos países mais desenvolvidos. Cumpre ressaltar que a posição do Brasil vem caracterizando uma atuação aglutinadora, de forma a fortalecer o MERCOSUL e, conseqüentemente, ampliar sua influência na região através da tentativa de constituição da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA).

Esta estratégia de, primeiro, defesa do multilateralismo, segundo, consolidação do MERCOSUL, e, terceiro, criação da ALCSA, tem como objetivo aprofundar os vínculos comerciais com seus vizinhos da América do Sul, para, posteriormente, diante de uma condição de maior fortalecimento, negociar com os EUA, face a sua posição de liderança no NAFTA. Nesse contexto, uma negociação prematura forçaria o MERCOSUL e o Brasil a terem que fazer maiores concessões do que receberiam em troca, em termos de acesso aos mercados do NAFTA, considerando o atual nível de barganha entre esses dois blocos.

Esse cenário se aplica ao contexto da proposta norte-americana de formação da zona hemisférica de livre comércio - do Alasca à Terra do Fogo - denominada Área de Livre Comércio das Américas - ALCA.

Tal perspectiva na condução dos interesses do MERCOSUL pode atenuar os possíveis efeitos das perdas decorrentes da maior concorrência entre os parceiros deste bloco, ponderadas as suas características e peculiaridades comerciais.

No que diz respeito ao MERCOSUL é importante enfatizar que o processo de integração do MERCOSUL foi concebido para facilitar a inserção competitiva dos países-membros na economia internacional e constituir parte das estratégias de abertura econômica e transformação produtiva de cada um deles. Nesse sentido, o MERCOSUL se diferencia nitidamente dos acordos de integração que o precederam, os quais buscavam ampliar os mercados em nível regional para as indústrias locais, desenvolvidas durante o processo de substituição de importações, fazendo com que se mantivessem altos níveis de proteção, frente a concorrência de outros países.

Os resultados alcançados, tais como a diversificação e a evolução do intercâmbio comercial, representada pela elevação da corrente de comércio, em torno de uma taxa média de 12% anual, nos últimos três anos, não são devidos exclusivamente à liberalização do comércio, acordada durante o período de transição. Inclui-se, também, a aplicação de outras políticas que reverteram o ciclo recessivo que atravessaram as economias desta sub-região, durante a década de 80, especialmente a abertura econômica, que incrementou o intercâmbio com terceiros mercados, as reformas monetária e fiscal de alguns países, que propiciaram maior estabilidade, assim como o ingresso de capitais incentivados por taxas de juros mais atrativas comparativamente às registradas nos mercados internacionais.

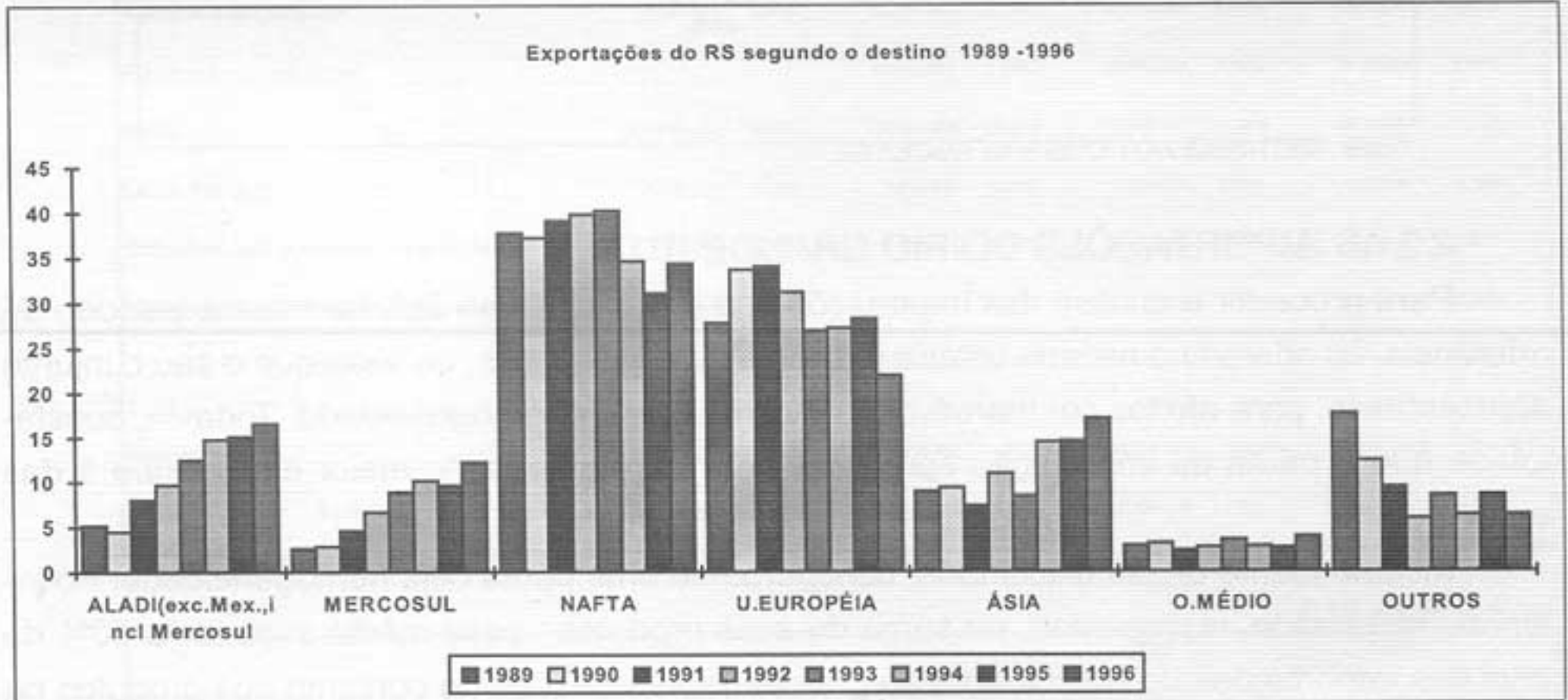
A vigência da Tarifa Externa Comum, a partir de janeiro de 1995, para 85% dos produtos, é demonstrativa dos interesses dos países em consolidar e fortalecer o acordo, o que se destaca nos casos de Argentina e Brasil, cujo comércio exterior está concentrado majoritariamente nos mercados externos à sub-região.

Os níveis de proteção tarifária acordados se situam em graus muito inferiores aos que tiveram vigência, durante a substituição de importações e, mesmo que continuem sendo superiores aos que se aplicam aos países desenvolvidos, evidenciam interesse em avançar, gradualmente, até a obtenção de níveis de competitividade que permitam uma maior abertura.

Por outro lado, as exceções temporárias acordadas para certos setores, especialmente para a indústria automotriz, bens de capital e telecomunicações, facilitam a reconversão industrial dos países que permitem a importação de equipamentos do resto do mundo com tarifas menores ou nulas, melhorando, com isso, seus níveis de competitividade no MERCOSUL. Esse tipo de incentivo pode significar uma vantagem para os países que o aplicam no sentido de atrair investimentos externos, mas pode colocá-los em conflito com os outros parceiros, como foi o caso da crise relacionada com a importação de automóveis em 1995.

A associação do Chile e da Bolívia ao MERCOSUL estabelecem perspectivas favoráveis ao Rio Grande do Sul, à medida que deverão agregar estímulo às exportações gaúchas para os países do Cone-Sul. Estrategicamente esse cenário deverá exercer força de aceleração ao corredor bioceânico que ligará, através do RS, o Atlântico ao Pacífico, via travessia de São Borja-Santo Tomé (Argentina)- Iquique (Chile). Concomitantemente, a assinatura do acordo que viabiliza a construção do gasoduto Brasil-Bolívia deverá contribuir de forma decisória para o reforço da infra-estrutura produtiva.

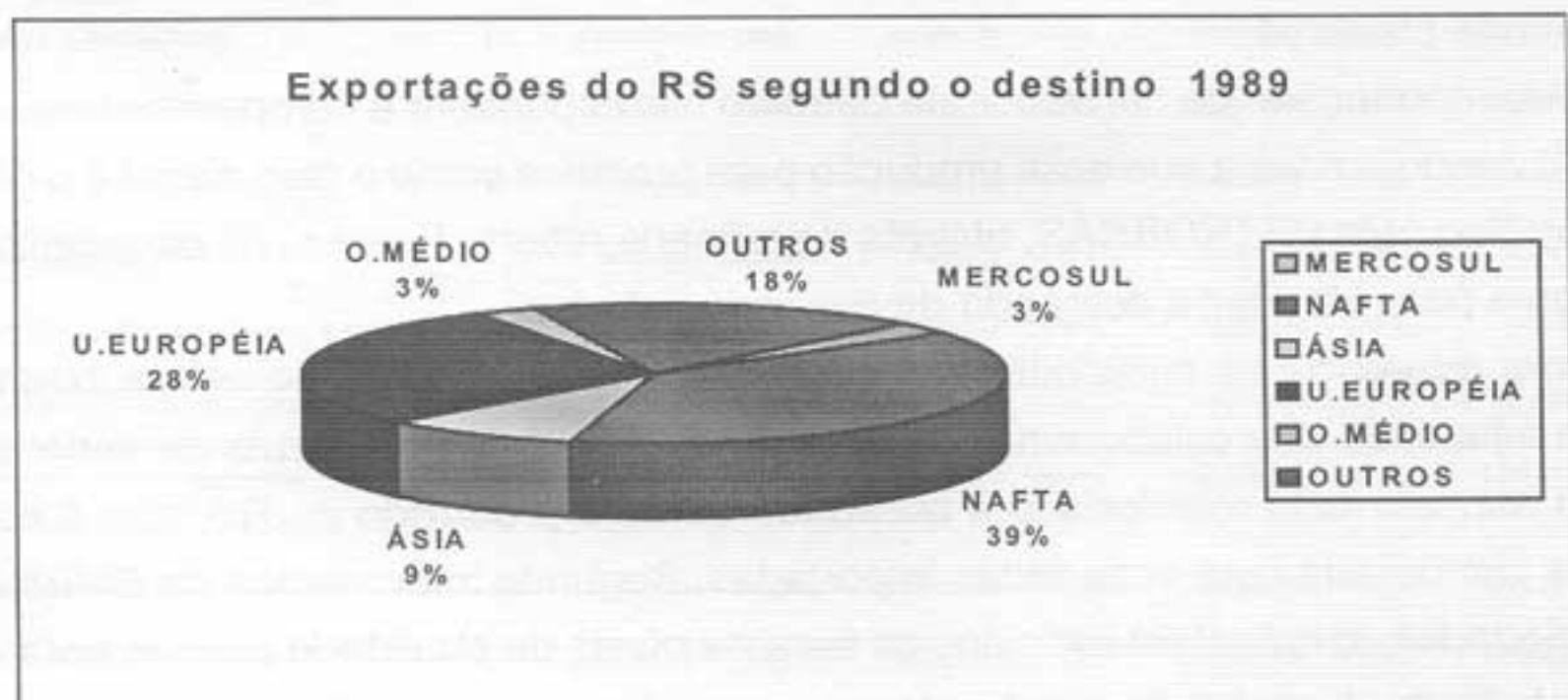
#### GRÁFICO IV



Fonte: MICT/SECEX/DTIC/Sistema ALICE/FEE

#### Comparativo dos principais mercados do Rio Grande do Sul 1989 e 1996

#### GRÁFICO V



Fonte: MICT/SELEX/DTIC/Sistema ALICE/FEE

## GRÁFICO VI



### 2.3 AS IMPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL

Para proceder a análise das importações do Rio Grande do Sul, no mesmo período de referência, foi adotado o mesmo critério referente às exportações, ou seja, que o seu conjunto apresentasse, para efeitos comparativos, o mesmo teor de homogeneidade. Todavia, constatou-se que a pauta de importação apresenta um grau de variação maior em relação à das exportações.

Mesmo diante dessa dificuldade, configurou-se uma pauta cuja homogeneidade, no intervalo observado, representou, na soma de seus produtos, peso médio superior a 40% do total das importações do RS. Quanto ao grau de representação do conjunto dos produtos na pauta para cada ano, foram obtidos os seguintes valores respectivamente: 1989:50%, 1990:49%, 1991:54%, 1992:52%, 1993:59%, 1994:53%, 1995:41% e 1996:48%.

Os dados da Tabela 9, ao apresentarem o panorama dos principais produtos importados pelo Estado, evidenciam que a pauta de importações é pressionada pelas aquisições de derivados de petróleo, trigo e adubos e fertilizantes, destacando-se, também, a participação crescente de plásticos.

As importações de derivados de petróleo correspondem à complementação da produção local, tendo em vista que essa produção para produtos como o óleo diesel e o gás liquefeito de petróleo pela PETROBRÁS, através da refinaria Alberto Pasqualini, caracteriza-se como insuficiente para atender a demanda do mercado estadual.

Com referência às aquisições representativas de trigo, o Estado está submetido a uma série de injunções que colaboram para esse produto pressionar a pauta de importações. Um primeiro aspecto está relacionado à qualidade do trigo produzido no RS, que é considerada baixa se comparada com variedades importadas. Segundo informações da EMBRAPA, algumas variedades apresentam deficiências para os níveis de qualidade aceitos para a panificação, confeitação, biscoitação e indústria moageira de segundo estágio (massas).

**TABELA 9****IMPORTAÇÕES DO RS SEGUNDO OS PRINCIPAIS CAPÍTULOS 1989 -1996**

Produtos	1989		1990		1991		1992	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Carnes e Derivados	41.336.904	3,29%	97.890.513	7,87%	26.786.519	1,76%	7.670.002	0,62%
Trigo	65.633.098	5,22%	117.369.154	9,44%	293.342.494	19,32%	110.907.787	8,89%
Soja mesmo triturada			2.991.968	0,24%	17.456.858	1,15%	63.622.930	5,10%
Derivados de petróleo	162.998.046	12,97%	131.694.204	10,59%	200.673.200	13,22%	156.326.045	12,54%
Adubos e fertilizantes	70.376.422	5,60%	66.770.707	5,37%	89.555.562	5,90%	109.975.613	8,82%
Plásticos e suas obras			26.187.290	2,11%	29.311.930	1,93%	31.854.242	2,55%
Peles	267.783.903	21,31%	161.311.065	12,98%	172.218.107	11,34%	147.722.480	11,85%
Lã de Tosquia	9.050.106	0,72%	3.519.850	0,28%	3.829.384	0,25%	9.520.871	0,76%
Calçados, pol. e artef. sem. e partes	3.485.220	0,28%	4.895.522	0,39%	8.014.423	0,53%	4.615.627	0,37%
Veículos automóveis, tratores, ciclos, etc.	8.776.356	0,70%	17.638.534	1,42%	12.187.706	0,80%	32.854.775	2,63%
<b>Subtotal</b>	<b>629.440.055</b>	<b>50,10%</b>	<b>630.268.807</b>	<b>50,70%</b>	<b>853.376.183</b>	<b>56,21%</b>	<b>675.070.372</b>	<b>54,13%</b>
Outros	626.963.544	49,90%	612.896.402	49,30%	664.813.977	43,79%	571.961.679	45,87%
<b>Total RS</b>	<b>1.256.403.599</b>	<b>100%</b>	<b>1.243.165.209</b>	<b>100%</b>	<b>1.518.190.160</b>	<b>100%</b>	<b>1.247.032.051</b>	<b>100%</b>

Fonte: MICT/SECEX/DTIC/FEE

**US\$ Milhões FOB**

Produtos	%	1993		1994		1995		1996	
		Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Carnes e Derivados	4	6.036.533	0,35%	28.681.796	1,24%	46.782.259	1,45%	94.979.747	2,27%
Trigo	4	136.052.182	7,79%	168.952.484	7,32%	157.500.024	4,88%	299.336.971	7,16%
Soja mesmo triturada	4	17.308.974	0,99%	82.137.291	3,56%	52.906.958	1,64%	31.065.224	0,74%
Derivados de petróleo	%	453.779.791	25,98%	537.393.594	23,28%	534.454.021	16,55%	759.154.423	18,16%
Adubos e fertilizantes	4	138.142.046	7,91%	180.564.231	7,82%	160.089.000	4,96%	129.452.421	3,10%
Plásticos e suas obras	4	49.126.129	2,81%	56.288.832	2,44%	126.975.049	3,93%	196.568.317	4,70%
Peles	%	178.313.609	10,21%	156.228.762	6,77%	144.285.299	4,47%	128.055.772	3,06%
Lã de Tosquia	4	6.490.496	0,37%	8.414.725	0,36%	11.961.349	0,37%	12.902.174	0,31%
Calçados, pol. e artef. sem. e partes	4	4.996.264	0,29%	8.872.847	0,38%	30.981.610	0,96%	64.003.524	1,53%
Veículos automóveis, tratores, ciclos, etc.		47.620.818	2,73%	52.167.702	2,26%	175.549.061	5,44%	491.667.844	11,76%
<b>Subtotal</b>	<b>%</b>	<b>1.037.866.841</b>	<b>59,42%</b>	<b>1.279.702.264</b>	<b>55,44%</b>	<b>1.441.464.630</b>	<b>44,64%</b>	<b>2.207.186.417</b>	<b>52,81%</b>
Outros	17%	708.822.496	40,58%	1.028.401.568	44,56%	1.787.880.958	55,36%	1.972.262.669	47,19%
<b>Total RS</b>	<b>%</b>	<b>1.746.689.337</b>	<b>100%</b>	<b>2.308.103.832</b>	<b>100%</b>	<b>3.229.365.588</b>	<b>100%</b>	<b>4.179.449.086</b>	<b>100%</b>

Fonte: MICT/SECEX/DTIC/FEE

**TABELA 10**

IMPORTAÇÕES DO RS - PRINCIPAIS CAPÍTULOS - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL 1989 - 1996 (%)

Produtos	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Carnes e Derivados	3,29	7,87	1,76	0,62	0,35	1,24	1,45	2,27
Trigo	5,22	9,44	19,32	8,89	7,79	7,32	4,88	7,17
Soja mesmo triturada		0,24	1,15	5,11	0,99	3,56	1,64	0,74
Derivados de petróleo	12,97	10,59	13,22	12,53	25,97	23,28	16,54	18,16
Aduos e fertilizantes	5,60	5,37	5,90	8,82	7,91	7,82	4,96	3,10
Plásticos e suas obras		2,11	1,93	2,55	2,81	2,44	3,93	4,70
Peles	21,31	12,98	11,35	11,85	10,21	6,78	4,47	3,06
Lã de Tosquia	0,72	0,28	0,25	0,76	0,37	0,36	0,37	0,31
Calçados, pol. artefatos	0,28	0,39	0,53	0,37	0,29	0,38	0,96	1,53
Veículos aut.,ciclos,tratores	0,70	1,42	0,80	2,63	2,73	2,26	5,44	11,77
Subtotal	50,10	50,70	56,21	54,13	59,42	55,44	44,64	52,81
Outros	49,90	49,30	43,79	45,87	40,58	44,56	55,36	47,19
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

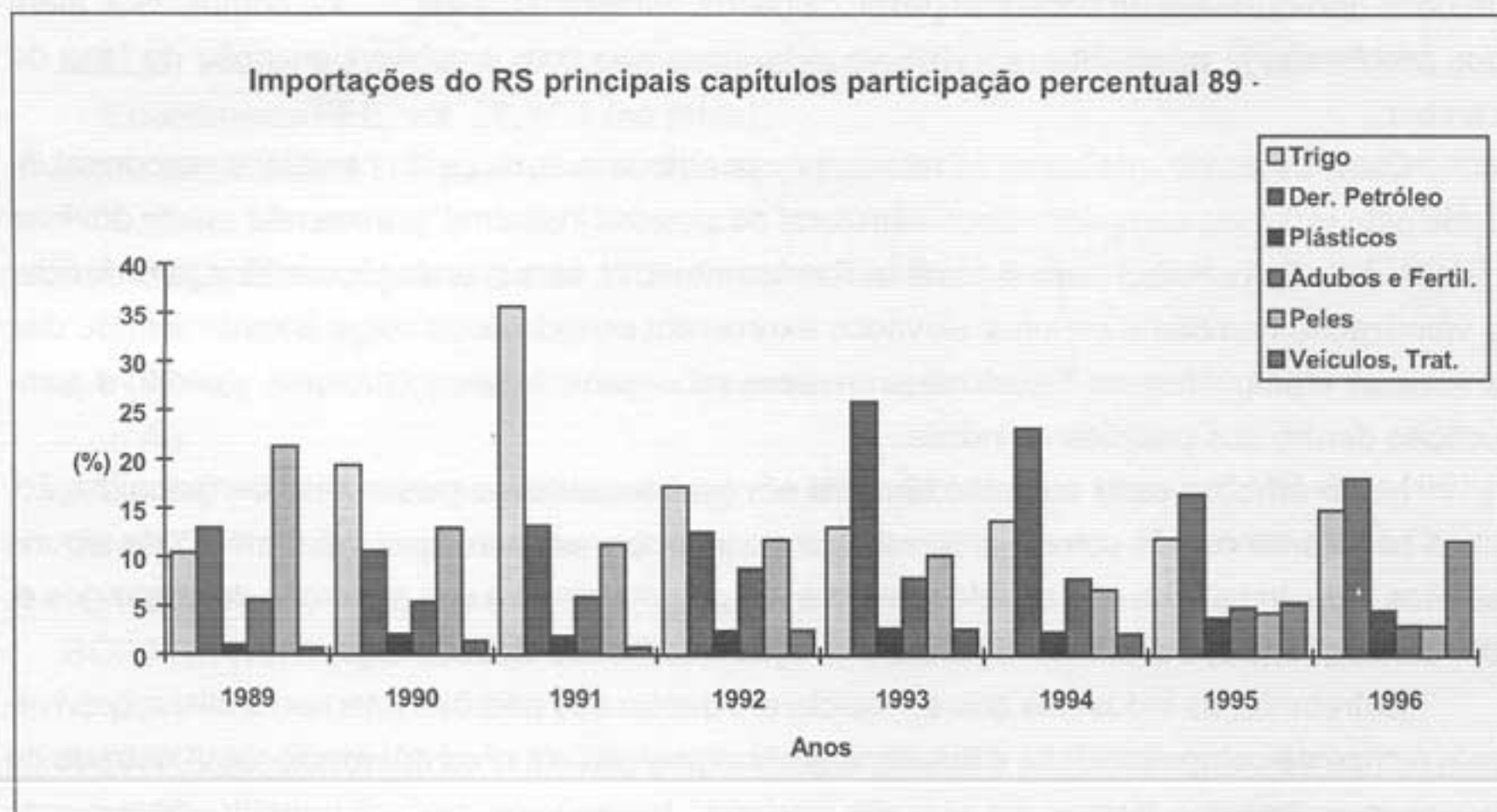
Fonte: Tabela 9

Um segundo e relevante aspecto, para explicar as elevadas aquisições de trigo, corresponde à condição de acesso ao produto no mercado internacional: enquanto no mercado nacional a condição de compra é contra-entrega, o trigo importado oferece prazos de 180 dias para pagamento. Outro aspecto que está contribuindo para essa dinâmica é a possibilidade de países do MERCOSUL adquirirem o produto subsidiado, no mercado europeu ou americano, e revender a terceiros, como é o caso do Uruguai, que no ano de 1996, exportou 1,13 milhão de toneladas do produto ao Brasil, enquanto a produção local está limitada a 500 mil toneladas e seu consumo interno é de aproximadamente 400 mil toneladas. Nesse sentido, o Brasil está propondo, junto ao Grupo do Mercado Comum do MERCOSUL- GMC, - o estabelecimento de cotas de importação entre os signatários do bloco de forma a evitar este tipo de problema (ZH "Trigo Demais" 5/5/97 pg.26).

No que concerne às importações de adubos e fertilizantes, embora o setor tenha fabricantes no Estado, essas se tornam representativas, uma vez que quase todos os seus componentes são importados, quer do Exterior, quer de outros Estados da Federação. Nesse sentido, as informações referentes às importações do RS de outras unidades da Federação, ou seja, o comércio por vias internas, não integram a fonte primária de dados analisados neste trabalho.

Cumpramos destacar a crescente importação de veículos automotores, aspecto esse que se afina com o diapasão imposto pela conjuntura nacional do setor, que apesar das medidas adotadas como o imposto de importação e as cotas de importação, ainda registra altos níveis de importação de veículos.

## GRÁFICO V



Fonte: MICT/SELEX/DTIC/Sistema ALICE/FEE

Finalmente, o setor de calçados, ainda que em níveis absolutos insignificantes, não pode ter desprezada sua participação relativa diante da condição exportadora desse produto pelo Rio Grande do Sul, demonstrando o movimento de importação de componentes e produtos semi-acabados, conforme descrito neste trabalho quando da análise das exportações do setor.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Projetando-se as importações do RS, estas tenderão a crescer acompanhando a dinâmica nacional. Paralelamente, as exportações não deverão crescer, dada a conjuntura atual e a estrutura de nossas vendas externas, o que significa uma inegável fragilização da posição comercial brasileira e gaúcha face a globalização.

Outra aspecto a considerar, tanto do Brasil como do Rio Grande do Sul, diz respeito ao rápido enfraquecimento do superávit comercial, confirmando estudos anteriores que já haviam assinalado a fragilidade estrutural da posição competitiva brasileira, baseada em setores produtores de "commodities", caracterizados por serem de grandes escalas de produção, intensivos em matérias-primas de base agrícola, em recursos naturais e energia, com grau relativamente baixo de transformação industrial.

Por sua vez, a fragilidade da nossa posição competitiva no mundo se expressa, também, na vulnerabilidade comercial em quase todas as áreas de manufatura de alto valor agre-

gado e especialmente de sofisticado conteúdo tecnológico. Mesmo em indústrias tradicionais de bens não-duráveis de consumo (têxtil, calçados, alimentos), a fragilidade competitiva, além dos problemas já apontados, teve seu quadro agravado com a sobrevalorização da taxa de câmbio.

Cabe assinalar que, embora não se possa atribuir à apreciação cambial a responsabilidade pela reduzida competitividade estrutural do sistema industrial, parece não existir dúvidas de que ela não contribui para superá-la. Contrariamente, com a proteção tarifária já reduzida, a valorização cambial e os juros elevados exerceram pesado ônus sobre a rentabilidade das empresas e ampliaram as dificuldades em seus processos de reestruturação, visando a competição dentro dos padrões mundiais.

Muito embora esse contexto decorra em grande parte do movimento de globalização, esse panorama coloca como perspectiva um contínuo processo de sucateamento de alguns setores industriais, que não se adequaram a tempo, reduzindo a sua absorção de empregos e, por conseqüência, contribuindo para a elevação do nível de desemprego.

Entretanto, as indústrias que se reciclaram dentro dos padrões internacionais sobreviveram à crise da competitividade e fortaleceram sua posição em nível internacional. A entrada de novos investimentos diretos, de elevado conteúdo tecnológico, poderá permitir um aumento das exportações gaúchas.

É indispensável repensar o desenvolvimento do Estado, dando mais estímulo às indústrias com potenciais de competitividade, para reverter o quadro sombrio que se apresenta.



#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLO, Teresinha da Silva. **O Relacionamento do RS com o Exterior - Indicadores Econômicos FEE**, vol. 25, nº 1 (no prelo)
- AMADEO, Edward J. **O que há com a balança comercial brasileira**. *Perspectiva Econômica Gazeta Mercantil* 27- março -1995 pg.3
- AMADEO, Edward J. **O teste de 1996 Perspectiva Econômica**. *Gazeta Mercantil* 20,21,22-outubro 1995 pg.3
- SANTORO, Sylvio. **Exportar é o que importa - o retorno**. *Gazeta Mercantil* 10-abril-1997 p.A3
- SALASAR, William. **Esquemas para fugir da MP 1.569** *Gazeta Mercantil* 10-abril-1997 p.B4
- DUARTE, Patrícia. **Exportações agrícolas crescem 58%** *Gazeta Mercantil* 11,12,13 -abril-1997
- BORTOT, Ivanir José. **Déficit Comercial deve cair em abril**. *Gazeta Mercantil* 16-abril-1997 p.A4
- MONTEIRO, Marco Antonio. **Déficit pode chegar até US\$ 16,2 bi** *Gazeta Mercantil* 17-abril-1997 p.A6
- BRANCO, Alex. **"O campo arca com a abertura"** *Gazeta Mercantil* 17-abril-1997 p.B20
- PASSOS, Maria Cristina P. **O salto qualitativo das exportações de calçados do Rio Grande do Sul - carta FEE - ANO 5 nº 7, fevereiro de 1996, p.5.**
- A Inserção das Exportações Brasileiras no Comércio Internacional de Mercadorias: Uma Análise Setorial**. DEPEC -BNDES 1985 49 pág.
- MACADAR, Beky Moron de (1996). **Política comercial brasileira: os dilemas da inserção internacional - Brasil, MERCOSUL, Mundialização - Ensaio FEE**, Porto Alegre. p235-251, ano 17, N1, vol 33 Fundação de Economia e Estatística
- MACHADO, Paulo de Tarso Pinheiro. **Globalização, MERCOSUL e os Impactos sobre a Economia da Metade Sul Programa Integrado de Reconversão Produtiva - PIRP - Programa de Recuperação da Metade Sul**. Secretaria de Coordenação e Planejamento Governo do Estado janeiro-1997 29 pg.
- A Abertura Comercial Valeu a Pena Revista Brasileira de Comércio Exterior**. RBCE Nº39 abril,maio,junho 1994



## FICHA TÉCNICA

**GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ANTONIO BRITTO**

**SECRETÁRIO DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**JOÃO CARLOS BRUM TORRES**

**CONSULTOR SÊNIOR**  
**ANTONIO BARROS DE CASTRO**

**COMISSÃO DE COORDENAÇÃO**  
Instalada em 7 de março de 1997

**JOÃO CARLOS BRUM TORRES**

Secretário. da Coordenação e Planejamento e Coordenador Geral do Projeto

**RUBENS SOARES DE LIMA**

Presidente da Fundação de Economia e Estatística- FEE

**FLÁVIO FERREIRA PRESSER**

Presidente da Fundação. Estadual de . Proteção ao Ambiental – FEPAM

**LAIS DE PINHO SALENGUE**

Presidente da Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional — METROPLAN

**PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA**

Presidente da Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul- FAPERGS

**NUNO RENAN LOPES DE FIGUEIREDO PINTO**

Representante da Federação das Indústria do Rio Grande do Sul - FIERGS

**ÁLVARO ANTÔNIO LOUZADA GARCIA**

Diretor Técnico da Fundação de Economia e Estatística FEE

**MARIA HELENA CATTANI LOHMANN**

Diretora do Departamento de Planejamento Estratégico SCP

**SÔNIA MARIA MOREIRA DE MELLO**

Chefe da Divisão de Diretrizes Estratégicas -SCP

OBS.: A ECONOMISTA MARIA APARECIDA GRENDENE DE SOUZA  
SUBSTITUIU A ECONOMISTA MARIA HELENA CATTANI LOHMANN  
NA DIREÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO  
ESTRATÉGICO E, EM VIRTUDE DISSO, NESSA COMISSÃO.



## **PRIMEIRA ETAPA**

novembro de 1996 a junho 1997

### **Equipe técnica**

#### ÁREA ECONÔMICA

ADA SÍLVIA B. DE PICCOLI (METROPLAN)  
ADALBERTO ALVES MAIA NETO (FEE)  
ALBERTO MARCOS. NOGUEIRA (SCP)  
ANA ELISA E. FERREIRA (SCP)  
CLARISSE CASTILHOS (FEE)  
ESTEBAN CARRION SANTANA (METROPLAN)  
JEFERSON LUIS BITTENCOURT (SCP)  
JORGE ACCURSO (FEE)  
JORGE SOUZA FILHO (SCP)  
JÚLIO CÉSAR VOLPI (METROPLAN)  
MARIA CRISTINA PASSOS (FEE)  
MARIA DOMINGUES BENETTI (FEE)  
PAULO HAMESTER (METROPLAN)  
PEDRO BANDEIRA (SCP)  
VIVIAN FURSTENAU (FEE)

#### ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

ALFREDO D. HECHT (CEEE)  
CARLOS R. RIBEIRO (SEMC)  
CÉLIA MARIA T. ROHENKOHL (CRT)  
FLÁVIO BRINCKMANN (SCP)  
LUIS RENATO PONS DE ARAUJO (CORSAN)  
MARCOS KAPPEL RIBEIRO (CEEE)  
MARGARETH V. MACCHI SILVA (METROPLAN)  
MARIA DA GRAÇA SILVEIRA (SCP)  
RENATO MACHADO (CORSAN)  
SÍLVIO BARBOSA (SCP)



## ÁREA FINANCEIRA

ROGÉRIO STUDART (CONSULTOR)

### **colaboradores:**

ALDO ERNESTO LOZEKAN (BANRISUL - GRUPO DE ACOMPANHAMENTO)

JOSÉ ERNESTO A PASQUOTO (CONSULTOR - GRUPO DE ACOMPANHAMENTO)

PAULO FIORI (BRDE - GRUPO DE ACOMPANHAMENTO)

PAULO RENATO FERREIRA DA SILVA (CEEE - GRUPO DE ACOMPANHAMENTO)

## ÁREA SOCIAL

CLÁUDIO ACCURSO

CLÍTIA MARTINS (FEE)

GLENDA P. ÁVILA (SCP)

GUILHERME XAVIER SOBRINHO (FEE)

JÚLIA ORTIZ AMBROS (SCP)

MIRIAN DE TONI (FEE)

ROSSETTA MAMMARELLA (FEE)

VERA HELENA FONSECA (SCP)

## **Consultores**

ANITA BRUMER (UFRGS)

ANTONIO DAVID CATTANI (UFRGS)

ANTÔNIO PADULA (UFRGS)

DAISY SCHRAMM ZENI

EDUARDO MALDONADO FILHO (UFRGS)

EVA SAMIOS (UFRGS)

FLÁVIO FLIGENSPAN (UFRGS)

JOAL DE AZAMBUJA ROSA

NELSON GIORDANO DELGADO (UFRRJ)

ROGÉRIO STUDART (UFRJ)

ROSANE EMILIA ROSSINI

SÉRGIO SCHNEIDER (UFRGS)



**SEGUNDA ETAPA**

agosto de 1997 a novembro de 1998

**GRUPO DE SISTEMATIZAÇÃO**

**JOÃO CARLOS BRUM TORRES**

SECRETÁRIO DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

**ANTÔNIO BARROS DE CASTRO**

CONSULTOR SÊNIOR

**MARIA APARECIDA GRENDENE DE SOUZA**

COORDENADORA

ÁLVARO ANTÔNIO LOUZADA GARCIA

JOAL DE AZAMBUJA ROSA

MARIA DOMINGUES BENETTI

NUNO RENAN LOPES DE FIGUEIREDO PINTO

RUBENS SOARES DE LIMA

SÔNIA MARIA MOREIRA DE MELLO

**Equipe técnica**

ADALBERTO ALVES MAIA NETO (FEE)

ALBERTO MARCOS NOGUEIRA (SCP)

ANA ELISA DAMIANI (METROPLAN)

CINTIA RUBIM PEDRO(SCP)

FLAVIO BRINCKMAMM(SCP)

GHISSIA HAUSER(METROPLAN)

GLENDÁ ÁVILA(SCP)

JEFERSON LUIS. BITTENCOURT(SCP)

JORGE ACCURSO(FEE)

VERA HELENA FONSECA(SCP)

CÍNTIA FERRAN DE SOUZA ( ESTAGIÁRIA)



**Consultores:**

FERNANDO FRANCO AZAMBUJA  
FRANCISCO EDUARDO PIRES DE SOUZA (UFRJ)  
HELEIETH I. B. SAFFIOTI  
MARCELO SAVINO PORTUGAL  
MARIO CORDEIRO DE CARVALHO Jr.  
VERA MARTINS COSTA VELHO

**INSTITUIÇÕES CONVENIADAS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL- UFRGS  
FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS FDRH  
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO RIO GRANDE DO SUL-FAPERGS

**RECURSOS FINANCEIROS:**

TESOURO DO ESTADO  
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO RIO GRANDE DO SUL-FAPERGS

**PROJETO GRÁFICO**

DÍGRAFO DESIGN GRÁFICO  
Malu Rocha  
Vera Pellin D'Avila

**EDITORÇÃO**

PRIMEIRA IMAGEM  
Miguel Ovídio Cunha Thomassim

**FOTOLITOS**

COMPUARTE

**IMPRESSÃO**

EDELBRA GRÁFICA E EDITORA LTDA